

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

21.11.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****21.11.2017**

A SRA. PRESIDENTE – BETH SAHÃO – PT – Havendo número regimental, declaro aberta a 12^a reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura da 3^a sessão legislativa, da 18^a legislatura. Registro com satisfação a presença dos nobres deputados: Welson Gasparini; Luiz Turco; Rita Passos; Carlos Giannazi; e, substituindo os deputados do PSDB, o deputado Hélio Nishimoto. Também chegou um titular, o deputado Marco Vinholi, portanto, não há necessidade do deputado Hélio Nishimoto continuar aqui na presença.

É um prazer tê-lo conosco, mas o efetivo já chegou e mais o deputado Fernando Cury. Saudar também a presença do deputado Carlão Pignatari, do Pedro Tobias, do João Paulo Rillo, embora não sejam membros efetivos desta Comissão, mas estão acompanhando a reunião desta tarde. Eu solicito ao secretário a leitura da Ata da reunião passada.

O SR. LUIZ TURCO – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – BETH SAHÃO – PT – Pela ordem, deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO – PT - Vamos suspender a leitura da...

A SRA. PRESIDENTE – BETH SAHÃO – PT – ... É regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Fica considerada aprovada a Ata da 10^a reunião ordinária desta Comissão.

O SR. LUIZ TURCO – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – BETH SAHÃO – PT – Pela ordem, deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Não, só para entendermos como é que vai ser feita essa audiência, porque como eu sou da Comissão de Assuntos Metropolitanos também, e está marcado às 15 horas a presença do secretário nesta Comissão, pelo menos é o que me foi informado, e então duas e meia aqui, três horas lá, eu só queria saber como vai ser o andamento aqui da Comissão, da audiência.

A SRA. PRESIDENTE – BETH SAHÃO – PT – Bom, eu acho que é quase impossível, porque agora são 14 horas e 43 minutos, se o secretário estiver aqui e for para lá fica complicado, porque vamos daqui a pouco passar a palavra para ele. Se ele concordar a Comissão de Assuntos Metropolitanos, o que pode acontecer, caso os deputados desta Comissão concordem, é que eles podem vir para cá, não tem problema nenhum, se assim for decidido.

Os deputados concordam que os deputados que compõe a Comissão, eu acho que seria o mais lógico, senão não poderemos desfrutar da presença do secretário aqui, é muito pouco tempo para podermos fazer e desenvolver os nossos trabalhos. E, então vamos convidar desse jeito e fica a Comissão e pode vir aqui, nós arrumamos o espaço para todos.

Bem, essa reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o excelentíssimo senhor Secretário da Educação do Estado de São Paulo, o professor Dr. José Renato Nalini, convidado para explanar sobre a prestação de contas do andamento de sua gestão, bem como a demonstração e a avaliação do desenvolvimento de ações, programas e metas, afetos aquela Secretaria do estado nos termos do art. 52-A, da Constituição do estado de São Paulo.

Bem, o secretário Nalini já está aqui. Eu agradeço a presença de V. Exa. aqui em nossa Comissão, e, eu quero lembrar a todos que vamos estabelecer a seguinte dinâmica, o secretário vai ter o seu tempo de exposição de em torno de 20 minutos, que eu pediria, posteriormente abriremos as palavras para os membros efetivos desta Comissão, e, depois caso outros deputados que não sejam da Comissão queiram se manifestar, eles poderão fazê-lo, e, nesse interim... Espera, se esperar um pouquinho eu falo.

E, com vocês vamos abrir a inscrição para representantes de entidades que estão aqui, dez representantes poderão se inscrever, e, que nós, ao término deste processo que eu disse, aí abriremos então a palavra para aqueles representantes de entidades, de movimentos, enfim, que queiram por ventura se manifestar, ok? Então vamos indo por

essa toada, porque eu acho que aí todo mundo pode falar, e, vamos ouvir ao secretário e eu peço a atenção de todos para isso, com a palavra o secretário Nalini. Vamos esperar o secretário falar, e, depois decidimos isso.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – Boa tarde a todos. Eu queria saudar a Presidente Beth Sahão, e, agradecer a ela pelo convite e a parceria, agradecer aos ilustres membros da Comissão de Educação que aqui estão presentes. O deputado Marco Vinholi, o Welson Gasparini, Luiz Turco, Rita Passos, Fernando Cury, Carlos Giannazi, e agradecer a presença dos deputados que prontamente vieram a essa sessão por reconhecerem que a educação é a coisa mais importante que a sociedade brasileira pode contemplar nessa fase tão crítica da nacionalidade.

E, queria mencionar o deputado Hélio Nishimoto, Pedro Tobias, Coronel Camilo, Carlão Pignatari. Não sei se esqueci, Carlos Zerbini, e, dizer que na prestação de contas da Secretaria de Educação, provavelmente a minha última prestação de contas, eu gostaria de falar ligeiramente sobre o contexto geral da Secretaria Estadual de Educação, que, está presente em 645 municípios do estado e tem 91 diretorias regionais de ensino, e, tem quase quatro milhões de matrículas, 230 mil professores em atividade, e mais 60 mil servidores e 5.124 escolas autônomas.

Temos que mencionar ainda inicialmente que a população residente e em idade escolar no estado de São Paulo tem decaído, decrescido no decorrer dos anos, e a população de seis a 14 anos, que era em 2004 de cinco milhões 853 mil 671 alunos, hoje tem quatro milhões 980 e 183 alunos, e, a população de 15 a 17 anos, que, possuía dois milhões 101 mil 398 alunos, hoje possui um milhão 828 mil e 511. E, isso vai se refletir evidentemente na matrícula levada a efeito no âmbito da Secretaria estadual de educação.

E, nos anos finais, tivemos já dois milhões, 434 mil 279 alunos em 2000, e, hoje, temos um milhão 502 mil, 433. Queda de quase um milhão de alunos no ensino médio, um milhão e 739, 563 e hoje um milhão 351 mil e 100 alunos. E, nos anos iniciais, um milhão 430 mil, 556 e em 2000, e, hoje, 624 mil e 380.

A fonte não é a Secretaria do Estado e da Educação, são dados fornecidos pelo Inep e pelo MEC, dados do senso escolar brasileiro. Nós temos uma política pedagógica que já é conhecida por todos os educadores e que compreende o currículo, somos pioneiros em São Paulo, porque desde 2007 temos um currículo próprio, e, só agora a nacionalidade está cuidando da base nacional comum e curricular. E, em 2017 nós

entregamos a rede três milhões, 122 mil cadernos de professores e do aluno, e, relacionados ao programa “Ler e Escrever”, que é um programa exitoso.

E, que quase 60 milhões do programa São Paulo fazem escola. E, o currículo é o primeiro eixo da gestão de aprendizagem que passa por avaliações, e, a nossa avaliação é a SARESP, o sistema de avaliação do rendimento escolar do estado de São Paulo. E, as avaliações de aprendizagem em processo, a AP para acompanhar bimestralmente o desempenho dos alunos, e, a gestão de aprendizagem se faz com base nos dados de avaliação. A plataforma de foco e aprendizagem apoia a equipe escolar na identificação de quais habilidades e de quais competências precisam ser enfatizadas como atividades de apoio a recuperação e esforço ao currículo mais, e aventuras do currículo mais.

São tão bem-sucedidas essas práticas que todos os demais estados pedem para aderir a esse sistema. Há também programas de extensão de jornada. 537 escolas com extensão de jornada atendem a 152 mil alunos, e são ações articuladas com o MEC, programa de fomento das escolas de ensino médio em tempo integral, 16 escolas novas em 2017, e, há mais de 80 pré-selecionadas para 2018 aguardando o parecer do MEC.

Ao novo Mais Educação com a adesão de duas mil e 104 escolas, beneficiando aproximadamente 272 mil alunos e o Proemi, que é o Programa de Ensino Médio Inovador, e, que teve a adesão de 2 mil 516 escolas e beneficiando 945 mil alunos, Também participamos do PAR, Plano de Ação Articulada, sobre as necessidades apontadas pelas secretarias, com compras de equipamentos eletrônicos, ônibus, etcetera, a Secretaria aderiu ao plano do MEC.

A avaliação de desempenho e fluxo escolar que é o resultado do Idesp, de 2010 a 2016 os resultados corroboram os avanços do Estado na melhoria do desempenho dos alunos e do fluxo. É verdade que precisamos acelerar muito mais, mas isso não é missão exclusiva da Secretaria de Estado da Educação. É uma missão que envolve família, sociedade, esta Casa, e todos aqueles que são responsáveis pela educação. É dever de todos. Os índices dos anos iniciais, chegamos a 5,40%, 2,93% nos anos finais e 2,30% no ensino médio entre 2010 e 2016, numa escala ascendente.

O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - Idesp 2016, nos anos iniciais temos o quadro de que 54,7% das escolas melhoraram seus Idesp em comparação a 2015. 56,4% das escolas cumpriram ou superaram as metas individuais. No ensino fundamental dos anos finais, 33,6% das escolas melhoraram o Idesp e 26,3% das escolas cumpriram superar as metas individuais. E no ensino médio 49,6%, e 43% nas mesmas perspectivas. O Estado de São Paulo manteve, por força de lei aprovada

nesta Casa, o bônus por desempenho. Ao alcançar pelo menos uma parte da meta definida pelo Idesp, a escola também conquista o pagamento do bônus por desempenho, que é proporcional ao resultado da unidade escolar, ponderando a frequência do servidor e o índice socioeconômico da escola.

Em 2017 houve pagamento de bônus por mérito a quase 200 mil servidores da Secretaria da Educação referentes ao Idesp de 2016. Foram destinados praticamente 300 milhões para esse pagamento. O Saresp de 2017, houve realização ainda neste mês, nos dias 18 e 19 de novembro, com uma participação prevista de mais de um milhão de alunos da rede estadual, porque é um exame seletivo e não são todos os alunos. 23.472 alunos do Centro Paula Souza; 161 mil alunos das redes municipais; 2.567 alunos das redes municipais. E isso, presidente, mostra que as escolas particulares acreditam no sistema de avaliação estadual. E 37.643 alunos das escolas do sistema Sesi. Houve previsão de um milhão, 272 mil, 131 alunos.

A avaliação de aprendizagem em processo - AAP tem por objetivo o acompanhamento do desenvolvimento do currículo e da aprendizagem subsidiando as escolas e docentes nos processos de planejamento e ações de intervenção pedagógica ao longo do ano letivo. A aplicação se dá em provas de língua portuguesa e matemática, alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, da primeira a terceira série do ensino médio e de toda a rede - um total aproximado de três milhões e 700 mil alunos. E os resultados são imediatamente aproveitados pela plataforma Foco Aprendizagem, na qual também estão os resultados do Saresp e Idesp.

Nós incrementamos a cooperação Estado/Município atendendo a constituição da República, que manda trabalhar em regime de colaboração. Não só colaboração com entidades oficiais, mas com a sociedade, entidades, empresas, bancos, igrejas, e todas as pessoas de bem que querem o bem da educação brasileira e paulista. Essa cooperação do Estado/Município foi levada a efeito através do programa Ler e Escrever, com um milhão e 400 mil alunos dos anos iniciais do fundamental, tanto nas redes estaduais como municipais, que participaram desse programa. Há 50 mil professores envolvidos e entusiasmados; 362 municípios conveniados; 1.595 unidades estaduais atendidas.

Outro programa é o São Paulo Faz Escola. Alunos da rede estadual atendidos, dois milhões e 800 mil, dos anos finais do ensino fundamental e médio; 4.371 escolas estaduais atendidas. Ou seja, todas as que oferecem anos finais do fundamental e ensino médio. 63 municípios conveniados e 70 mil alunos da rede municipal atendidos. Nós continuamos nas políticas de inclusão educacional, favorecendo o desenvolvimento de

40 escolas indígenas, com 1.480 alunos nos três níveis de ensino; 256 professores de várias das 15 etnias que temos em São Paulo.

Nós também investimos na educação escolar quilombola, norteada pelas diretrizes curriculares nacionais. O Estado de São Paulo possui 26 escolas quilombolas; duas estaduais que atendem seis comunidades. Um projeto exitoso do qual toda nossa equipe se orgulha é o Gestão Democrática. As etapas do projeto, o diagnóstico foi feito no ano de 2016, com disponibilização de questionários online para estudantes, professores, gestores, servidores, pais e responsáveis. Houve meio milhão de respostas, com realização de encontros nas escolas para devolutiva do questionário e discussão de propostas. Mais de 4.700 escolas participaram.

Realizamos encontros nas diretorias para construção de propostas regionais a partir dos resultados dos encontros nas escolas; 1.341 propostas foram enviadas à Secretaria Escolar Digital. O próximo passo é o encontro estadual, para discussão de um projeto de lei e plano de fortalecimento da cultura democrática. O 1º Encontro Paulista de Grêmios foi um sucesso, realizado nos dias 25 e 26 de outubro, com representações de todos os grêmios estudantis do estado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Por gentileza, eu gostaria que o público presente... Esse é o momento do secretário falar. Há o momento do secretário, dos deputados e o de vocês. Vamos ouvi-lo com todo o respeito. É isso que peço, senão ninguém vai conseguir ouvir o que ele está falando. Por favor, vamos aguardar e reduzir a ansiedade. Depois no tempo de cada um, as pessoas poderão se manifestar. Por gentileza. Se inscreva para falar, as inscrições estão abertas. Agora é o momento do secretário, pode continuar.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Obrigado, Sra. Presidente. Nos dias 25 e 26 de outubro foi realizado o 1º Encontro Paulista de Grêmios, com representações de todos os grêmios estudantis do estado. Há fotos. É uma pena que não possamos passar alguns vídeos, porque vamos suprimir para ganhar tempo. Sra. Presidente, se não houver condições de continuar, posso deixar a prestação de contas com Vossa Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Não, o senhor terá sua palavra garantia. Por favor, pode continuar.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Um programa que continuamos foi o Escola da Família. Aliás presidente, o secretário não interrompeu nenhum programa ou política pública. Nada do que havia na secretaria foi interrompido. Então o programa Escola da Família é o desenvolvimento efetivo da cultura participativa, com aquelas atividades centradas em quatro eixos - esporte, cultura, saúde e trabalho. Temos 2.211 escolas que participam; 150 instituições de ensino superior conveniadas; dez mil e 30 educadores universitários; quase dez mil voluntários cadastrados; mais de um milhão de atividades desenvolvidas no primeiro semestre, com 14 milhões de participações registradas. Temos várias fotos do programa Escola da Família.

Outro projeto do qual a secretaria tem orgulho em prestar contas é o de mediação escolar e comunitária. O SPEC - Sistema de Proteção Escolar será expandido em 2018 envolvendo todos os servidores da rede com vistas a melhorar o clima escolar por meio da resolução de conflitos e disseminação da cultura de paz. Nós temos no total de escolas com professor mediador nos últimos três anos, 70% apresentaram decréscimo no número de ocorrências registradas no sistema ROI. A plataforma Foco Aprendizagem também foi bem desenvolvida e aperfeiçoada. Se antes os resultados das avaliações estaduais, divulgados em ambientes distintos, dificultavam a consulta, hoje a avaliação de sistema Idesp são divulgados apenas por meio de boletins. Todas as informações são divulgadas num lugar só - Saresp, Idesp e AAP, com visualização fácil, resultados divulgados no primeiro dia letivo e novos dados divulgados em níveis detalhados. Os dados chegam à escola instantaneamente.

Isso permite que o no programa Gestão em Foco, se promova a melhoria continua da qualidade de aprendizado por meio da implementação do MMR - Método de Melhoria de Resultados, que hoje se expande por todas as diretorias de ensino da capital. É um método que deu certo numa diretoria da Leste-IV, e a expansão em 2017 atingiu as 13 outras diretorias da capital. Em 2018 será expandido para 39 diretorias da Grande São Paulo e interior, até atingir as 91 diretorias. Também investiu-se no aperfeiçoamento da Secretaria Escolar Digital, uma plataforma acessada por todas as escolas públicas e particulares do estado de São Paulo.

Há um novo sistema de cadastro de alunos que contempla da inscrição até a matrícula, e movimentação de todas as redes até o final de 2018. É uma ação que vai simplificar os procedimentos de matrícula, e gerará maior eficiência, reduzindo custos. O sistema de gerenciamento do transporte escolar do Estado com o município, e novo

sistema de prestação de contas da associação de pais e mestres já implementado. Computadores na rede. Temos 133 mil, 718 computadores na rede; nas escolas, 125 mil, 460; e recebemos por doação 88 mil deles - 7.072 nas diretorias, 2.950 recebidos por doação. Nos órgãos centrais, há quase dois mil computadores.

As escolas com ao menos um tipo de conexão à internet tem 5.141. E o acesso tem uma média aproximada de 17 computadores por escola. O tipo de conexão envolve a Intragov, uma infraestrutura interna implementada pelo governo. O programa banda larga nas escolas, o programa de acesso às escolas rurais, e o programa governo eletrônico, serviço de atendimento ao cidadão. Até o final de 2018 o projeto de conectividade estará garantido a todos os estudantes das escolas públicas estaduais de São Paulo, graças também à esta Casa, que aprovou o projeto de lei convertido na Lei 16.567, de 6 de novembro, que permite a utilização de celulares em sala de aula para atividades pedagógicas, desde que orientados por professores.

Há projetos de inovação tecnológica em curso, avanços tecnológicos assistidos pelas melhores empresas do mundo, formação de professores na EFAP a todo vapor, concursos públicos sendo chamando todos os remanescentes - tanto professor PEB II, como PEB I, como diretor de escola com provimento de 1.878 cargos vagos ainda em dezembro, com ingresso a partir de janeiro. Uma infraestrutura educacional que leva a sério a alimentação escolar, inclusive com um projeto pioneiro no Brasil, o Cozinheiros da Educação. Esse projeto está sendo levado efeito pela chefe Janaína Rueda. O transporte escolar transportou em 2017, 363 mil alunos mediante investimento de 996 milhões de reais, com 599 municípios conveniados. E mesmo num ano de crise, a infraestrutura educacional gradualmente vai recebendo obras de aprimoramento. Houve investimento de 142 milhões; junto às prefeituras, aplicado quase 70 milhões.

Uma das provas de que o alunado está reconhecendo isso é o sucesso dos concursos realizados pela secretaria, como a segunda edição do Vozes pela Igualdade de Gênero; o concurso Minha Escola é o Canal; o projeto de Classificação de Reenquadramento de Aprendizagem - CRA, que é uma parceria não onerosa da secretaria, e foi vencedor da 12ª edição do Prêmio Mário Covas; o Vem Para a USP, em parceria com a Universidade de São Paulo; a secretaria Japan House; e um projeto do qual o secretário se orgulha, a adoção afetiva de escolas estaduais, fazendo com que a sociedade se aproxime das escolas. Já são 379 escolas afetivamente adotadas.

Isso é o que me cumpria apresentar, nos brevíssimos 20 minutos. Espero ter cumprido, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, secretário. Quero agradecer a exposição do secretário e dizer para V. Exa. que nem sempre esse retrato que o senhor fez aqui é o retrato da realidade. Vou dizer isso para o senhor de uma pessoa que tem andado bastante por esse estado e visitado escolas públicas. Tenho ficado bastante preocupada com a condição de muitas delas que tenho visitado. Muitas das coisas que vou colocar aqui foi porque eu observei, não foi ninguém que disse. Fui ver e pude sentir que há uma completa diferença em muitas coisas que o senhor coloca, daquilo que realmente vemos acompanhando.

Secretário, quero dizer que primeiro houve uma redução drástica de investimentos na secretaria. Vários programas perderam em recursos financeiros. Houve uma redução de financiamento, e vou citar alguns deles. Por exemplo, o atendimento especializado a alunos e públicos específicos - de 200 mil, os números que temos aqui, apenas 11.300 foram aplicados. Ação operação da rede de ensino básico, de 48 milhões e cem, apenas nove milhões aplicados. Da construção e ampliação da rede física escolar, dos 304 milhões, somente 20% foi executado. A construção de creches, a parceria entre - embora seja optativa, e não obrigação da Secretaria da Educação Estadual construir, mas de qualquer modo estava lá disponibilizado 97 milhões. Apenas 32% foi executado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Estou falando, não vou ainda...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - A inscrição está aberta?

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - A inscrição está aberta. O acesso a escola, que é um programa importante e reconhecemos, há muitas deficiências, sobre tudo nos equipamentos, muitos dos quais obsoletos para dar continuidade a esse trabalho. A Escola da Família, que eu atribuo ser um programa muito importante, porque tem a capacidade de integralizar a família com os professores, funcionários e alunos, teve uma redução muito grande. Dos 94 milhões e meio que estavam previstos, apenas 32% foram executados. Secretário, já estamos no final de novembro. Portanto, se ainda estivéssemos em meados do ano, daria para dizer que isso poderia ser corrigido. Mas o tempo é curto para corrigir essa defasagem da aplicação.

Outro problema que tem nos preocupado bastante, e na verdade já tentamos, inclusive nesta Comissão, apresentar vários requerimentos para que pudéssemos ter a presença não só do senhor, mas também do Ministério Público de Contas, foi a questão do SPPrev e da destinação. Só em 2016, segundo números que temos, foram dez bilhões da previdência na função educação para pagar salários de aposentados. Eu lhe pergunto, por que não pode usar os recursos do SPPrev para pagar esses salários? Nada mais justo, precisa ser pago.

Agora, é um recurso que poderia ser destinado para outras ações e funções dentro da educação, que fazem tanta falta. Por exemplo, uma política de valorização continua dos servidores. Nós sabemos que os servidores estão há três anos sem receber reajuste, e isso é muito complicado. O senhor disse que as escolas andam bem, e quero dizer uma coisa. Pelo que pude observar, e tenho sentido pelas minhas andanças, elas também estão andando bem pela dedicação e esforço dos seus funcionários, dos diretores e professores.

Eu fiz uma audiência esses dias com o secretário e disse para ele que agente de organização escolar ganha 971 reais por mês. É menos que um salário mínimo do Estado. Os nutricionistas da Secretaria de Saúde ganham 2.500; o da Educação 1.200. Nós precisamos corrigir essas distorções. Para isso, é preciso investimento. Eu queria, para não monopolizar, até porque sou presidente e todos os deputados falarão também sobre essas questões, outra preocupação nossa é que em muitas escolas as salas de leituras estão sendo extintas. Como ficarão esses professores, para onde vão? Sobretudo os de categoria F, que cuidam dessas salas de leituras importantíssimas para a formação intelectual dos nossos alunos. Estão sendo extintas em muitos lugares.

Fiz uma audiência aqui para discutir a utilização das novas tecnologias. Elas são bem-vindas. Mas o uso do celular, secretário, será que um professor vai dar conta com 35, 40 alunos dentro de uma sala de aula? Eu entrei em sala de aula e vi alunos usando celular, e nem todos os alunos têm celular e internet. Quando V. Exa. coloca que a internet está presente nas escolas, muitas vezes é naquele computadorzinho que fica na sala dos professores ou na secretaria. Não tem WiFi livre para permitir que os alunos utilizem. De que maneira isso será feito? Liberou-se a utilização do celular, mas como será utilizado, de que maneira? Ele realmente será uma ferramenta importante para promover o processo de ensino e aprendizagem? É isso que queremos saber.

A formação continua, a capacitação dos professores, a substituição dos professores temporários. Tudo isso. Também sabemos que a falta de vínculo também

prejudica e retarda o processo de aprendizado dos alunos. Nesse sentido eu queria pedir a V. Exa. que às vezes nós pensamos... Se pegarmos as promessas do governador Alckmin em 2014, vamos ver que em relação à educação, poucas delas ou quase nenhuma foi cumprida. Entre elas, a afixação dos professores para que não façam a complementação de suas jornadas em outras escolas. Você chega numa escola o professor: “não posso falar com você porque tenho que sair correndo e ir para outra”.

É uma pena. Apenas 36% de professores estão fixados nas escolas. Os demais estão andando para lá e para cá. É um trabalho que precisa ser adotado. Eu não acho que o senhor é responsável por todos os problemas da educação, até porque o senhor tem um ano. Mas eu acho que também precisa tomar conta disso. Já que o senhor está lá há um ano, precisa resolver problemas urgentes e fundamentais para de fato, colocarmos a educação como prioridade nesse estado. Até agora não temos isso.

Temos aqui presente os deputados da Casa Carlos Cesar, Rodrigo Morais, Ed Thomas, André do Prado, Adilson Rossi e Delegado Olim. Obrigada pela presença de todos vocês. Agora passo a palavra para o deputado Carlos Giannazi, primeiro inscrito da Comissão.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todas e a todos. Quero saudar todos os presentes, sobretudo nossos colegas profissionais da educação, do magistério. Saudar todos os deputados e deputadas presentes, e o secretário Nalini. Rapidamente já quero entrar nos assuntos pertinentes. A deputada Beth Sahão elencou alguns assuntos. Sei que temos várias entidades aqui também que farão intervenções, escolas. Eu selecionei alguns dos muitos assuntos que queremos debater com o secretário, até porque houve um represamento desses assuntos. Vossa Excelência não compareceu no semestre passado, então agora estamos no final do ano...

Não, nós também estávamos aqui esperando V. Exa., e as pessoas também esperavam. Vossa Excelência poderia ter participado, mesmo que informalmente, da audiência pública. A tradição existe, de realização de audiência pública sem quórum. Nós sempre realizamos as audiências sem a presença dos deputados da base do governo. Mas de qualquer forma quero entrar nos assuntos mais pertinentes.

O primeiro deles é em relação aos professores de categoria O. Presidente, já acompanhamos esse caso há muitos anos. Estamos preocupadíssimos com o anúncio feito recentemente de que 30 mil professores categoria O serão demitidos final do ano. Isso é um ataque à dignidade humana desses servidores, principalmente no momento de

desemprego em massa que o Brasil está vivendo. É um escândalo demitir 30 mil professores categoria O, porque ainda não foi feita alteração da Lei 1.093, que estamos denunciando já há muitos anos, desde sua aprovação em 2009.

Já tomamos várias providências, fizemos várias gestões na Assembleia Legislativa junto ao Ministério Público e Secretaria da Educação. Nós ainda permanecemos com a famosa duzentena ou quarentena, 180 dias que vêm prejudicando imensamente não só os professores categoria O, mas sobretudo a rede estadual de ensino. Inclusive temos um projeto de lei aqui tramitando e pronto para ser votado, que foi aprovado em todas as Comissões, e já em regime de urgência para ser votado. Ele acaba definitivamente com a duzentena. Eu gostaria que V. Exa. fizesse uma intervenção nesse sentido, porque já disse que tem que aprovar o projeto. Que V. Exa. faça uma pressão em cima do governador Alckmin.

Vossa Excelência foi presidente do Tribunal de Justiça, é um jurista e desembargador, é o secretário da principal secretaria do Estado de São Paulo, com o maior número de funcionários e orçamento. Não podemos mais conviver com essa duzentena ou quarentena, com essa interrupção do contrato de trabalho dos professores. Isso não cumpre nenhuma função pedagógica educacional, e sim financeira, para que o professor não tenha vínculo empregatício com os professores. Ficamos mais preocupados ainda porque o governo está dizendo que vai demitir 30 mil professores categoria O, e não vai chamar os aprovados no concurso. Vai contratar outros professores precarizados, mais 30 mil. Isso é muito grave.

Em relação aos agentes de organização escolar, uma situação gravíssima. É outra afronta a dignidade desses servidores, que têm salário de 971 reais, um vale coixinha de oito reais e trabalhando em condições extremamente precarizadas. O salário bruto desses servidores é inferior ao salário mínimo nacional e regional. Isso tem que ser modificado imediatamente, porque esses profissionais também são educadores e contribuem com a manutenção do processo ensino e aprendizagem. Eles merecem dignidade do ponto de vista salarial, funcional, e sobretudo da melhoria das condições de trabalho.

Temos outros assuntos relacionados a essa questão dos servidores. A Secretaria da Educação, no final do ano passado e início desse ano, publicou deliberações e resoluções alterando o modulo de professores e mediadores - reduzindo número de mediadores nas escolas estaduais. Com certeza isso causou e potencializou a violência das escolas. Não há dúvidas em relação a isso. Os professores e mediadores cumprem

uma função importante para pelo menos neutralizar a violência nas escolas. Hoje de manhã foi exibida uma matéria na Globo News, de quase 20 minutos, falando da situação dos professores da rede estadual. Do adoecimento da rede estadual, com dados tenebrosos e escandalosos para a secretaria que tem o maior orçamento estadual do Brasil e da América Latina.

Os dados dizem que em 2015, 25 mil professores foram afastados por questões de saúde. Em 2016, 50 mil. E agora em 2017, até setembro, 27 mil professores foram afastados. Há um adoecimento da rede estadual aos profissionais da educação. Essas alterações todas feitas por resoluções e deliberações prejudicaram imensamente as escolas, sobretudo os servidores. Os professores readaptados também foram prejudicados através da Resolução 18/17, porque foram realocados para regiões distantes. Tem professor que precisa viajar de um município para o outro, 80 quilômetros, por conta dessa resolução extremamente desumana.

Outro ponto que eu gostaria de citar aqui é em relação ao desmonte da rede estadual de ensino. Ao fechamento de escolas, salas, turnos, do EJA. Em toda a rede estadual de ensino há um verdadeiro desmonte da educação. Esse desmonte está sendo feito de uma forma disfarçada, através de manobras feitas por diretorias de ensino, do controle das matrículas, ameaça de fechamento. Temos vários casos que serão citados aqui. Quero fazer o registro da Escola Estadual Miss Browne, que recentemente fez uma manifestação na frente da secretaria, porque foi ameaçada de ter uma parte de suas instalações fechadas para abrigar uma diretoria de ensino, um órgão burocrático da Secretaria da Educação. É um verdadeiro absurdo.

Secretário, me refiro também a Escola Estadual Brigadeiro Gavião Peixoto, onde há uma tentativa autoritária de dividir a escola. Entra gestão e sai gestão e eles tentam dividir a escola. O conselho de escola já se reuniu e a comunidade escolar é totalmente contra a divisão. E aí faço a seguinte pergunta para o secretário. Vossa Excelência está implantando um projeto, como foi mencionado aqui, de gestão democrática na escola pública. Mas me parece que esse projeto na base, nas diretorias de ensino. Parece que esse comando não chega nas 91 diretorias de ensino, porque a rede é marcada por uma tradição autoritária de funcionamento.

Em muitas diretorias de ensino temos um verdadeiro autoritarismo. Existem dirigentes mais realistas que o rei aqui no estado de São Paulo. Muitos têm compromisso com partidos, são indicados por deputados aqui da base do governo, e são mais realistas que o rei. Não recebem os alunos, não dialogam com os professores e

entidades em várias regiões do estado. Então tem essa tradição autoritária. O fato é que me parece que o que V. Exa. apresentou aqui não corresponde muito a realidade, porque a realidade concreta da rede é outra.

Sobretudo, termino minha rápida intervenção falando um pouco da situação da precarização da rede física de nossas escolas, que estão totalmente abandonadas. Eu queria saber o seguinte, para que serve FDE? Não reforma e não constrói mais escolas. Eu tenho imagens que trouxe através de um dossiê, e gostaria de mostrar. Essa é a realidade da rede estadual de ensino que conhecemos. É só visitar as escolas. Deputados que visitam, os professores sabem que essa é a realidade do sucateamento e destruição da rede estadual. Todas essas escolas que apresentei aqui através dessas fotos e imagens já acionamos na Secretaria da Educação, FDE, o próprio Ministério Público, e até agora nenhuma reforma foi feita.

Eu faço isso há anos. Desde 2007 venho denunciando, fazendo dossiês e mais dossiês, encaminhando ao MP, ao Tribunal de Contas e Secretaria da Educação, e as escolas não são reformadas. Queria saber se ainda há reformas. Temos mais de cem escolas de lata na rede estadual, centenas de escolas que não têm quadras para as aulas de educação física, e centenas de quadras não cobertas. Ou seja, é um sucateamento da rede estadual. Gostaria que V. Exa. explicasse isso. Há um planejamento? Porque isso também não chega nas escolas. Há um abismo entre o que V. Exa. falou e a realidade das nossas escolas estaduais. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Giannazi. Queria agradecer ao deputado Paulo Côrrea, porque ele suspendeu a Comissão de Assuntos Metropolitanos. Portanto, temos o secretário à nossa disposição. Eu espero que o secretário fique por bastante tempo. Queria também solicitar a TV Alesp, porque fui informado de que ela não está transmitindo ao vivo essa audiência. Eu quero saber o porquê, se a grande maioria do trabalho da Assembleia está concentrado aqui nesta audiência. Disseram que está recebendo, podem checar para mim? Por favor.

Passo a palavra para o deputado Luiz Turco, o próximo inscrito. Saúdo também a presença do deputado Vaz de Lima.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar nossa presidente Beth Sahão, e todos os deputados aqui presentes. Cumprimentar o secretário Nalini, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, os funcionários da

Secretaria da Educação, e também todo o pessoal de entidades, Apoiesp, professores aqui presentes. Vou tentar fazer meu discurso com perguntas diretas. A primeira é o seguinte. O salário dos professores acumula uma grande defasagem. Segundo a Apoiesp, há pelo menos três anos os professores não recebem nem reposição da inflação.

No Plano Estadual de Educação, na meta 17, trata da valorização dos profissionais da educação. E como já foi falado aqui, o programa do governador Geraldo Alckmin para concorrer ao Governo do Estado de São Paulo anunciou que ele tinha intenção de estabelecer uma política de valorização continua dos professores e demais carreiras da educação. Pergunto o seguinte, quando que a promessa do Alckmin de valorização salarial será colocada em prática? E qual é a projeção do reajuste salarial para 2018? Quanto da verba destinada aos gastos previdenciários será retirada dos gastos da educação?

A outra questão já foi falada aqui, e vou tentar ser bem direto também. Tanto a Beth, como o Giannazi falaram, mas gostaria de reforçar. Sobre o plano de carreira e condições de trabalho. Dentro das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação, o Governo do Estado se comprometeu em assegurar, no prazo de dois anos, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública, de todo o sistema de ensino. Para o plano de carreira dos profissionais de educação pública o governo do Geraldo Alckmin também se comprometeu em tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido pela lei federal.

Passado mais de um ano de gestão, o senhor poderia nos relatar quais medidas concretas foram implementadas para o sucesso dessa meta? Outra questão, quais foram os instrumentos e métodos utilizados pela Secretaria da Educação para implantação de uma gestão democrática de educação? É a meta 19 do plano estadual. Como o senhor avalia as ocupações das escolas pelos alunos, realizadas no final de 2015? E por fim, quais foram os resultados das apurações conduzidas pela Secretaria da Educação sobre o escândalo da merenda?

Eu queria saber o seguinte, alguém foi punido? Porque afinal de contas, há participação do ex-chefe de gabinete Fernando Padula na má gestão nos recursos públicos. A Secretaria da Educação está conseguindo comprar com recursos da agricultura familiar, conforme determina a lei federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar? Essas são algumas questões, presidente. Mas ainda tenho algum

tempo, e se a senhora me permite, gostaria de passar para o deputado João Paulo Rillo complementar meu tempo que resta.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Ok.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Deputada Beth Sahão, presidente, cumprimentar os deputados e deputadas, todos os professores e educadores, e o secretário Nalini. Vou falar no tempo restante de seis minutos, e depois estou inscrito como deputado não titular da Comissão. Secretário, vou começar com um tema mais ameno, sobre as salas de leituras. Gostaria que o senhor pudesse falar a respeito. É verdade que as salas de leituras, na primeira resolução falava sobre a utilização de professores readaptados. Mas não impunha e nem direcionava.

A verdade, secretário, é que na prática, especialmente professores da categoria F passaram a se responsabilizar pelas salas de leitura. Estou aqui fazendo um papel conservador de defesa de um programa do Governo do Estado, do qual me oponho como deputado de oposição. O que acontece agora é que a nova resolução direciona quase que uma imposição de que as salas de leituras serão conduzidas por professores readaptados. O que acontece? Ainda há pouco o deputado Carlos Giannazi falava da quantidade de professores que adoecem nesse sistema estadual de educação. Sabemos que professor readaptado tem algum problema, está em recuperação. Dificilmente ele vai dar continuidade que aquele programa tão exitoso conseguirá dar.

Secretário, tenho conversado com as pessoas e professores responsáveis pelas salas de leituras. Muitas vezes são verdadeiros oásis num deserto árido de educação. Ali acontece o livre pensamento, tem desenvolvimento de projetos importantes. São verdadeiras incubadoras de projetos e ações importantes. São lideradas por professores que foram capacitadas. Qual é nossa preocupação? Hoje, por uma conta cartesiana e fria do governo no sentido de cortes de investimento, de economia, vamos matar um programa importante. A substituição dessa maneira súbita e agressiva do professor que se capacitou e realiza um bom trabalho, por um professor readaptado que merece outro tipo de cuidado, e não ser lançado numa fogueira de um projeto que vem acontecendo sem a devida capacitação, vamos simplesmente matar um programa.

O senhor ainda há pouco falava sobre a sua gestão, que não cortou e não interrompeu nenhum programa. Então eu gostaria que o senhor respondesse, com muita objetividade sobre isso. E se é possível, o quanto antes, rever essa resolução, que tem

criado uma atenção desnecessária. Não vai resolver o problema de investimentos, de déficit, mas vamos acabar com um programa bom. Repito, estou aqui defendendo um programa que considero importante na secretaria. Gostaria não apenas de interroga-lo, mas já fazer um pedido aqui, para que essa nova resolução fosse revista. Que pudéssemos garantir, a frente das salas de leituras, aqueles professores que já estão engajados com a comunidade e têm condições de oferecer uma continuidade num bom trabalho.

Me resta um minuto e meio, e gostaria de fazer a seguinte indagação, e voltarei nesse tema depois. Agora não pergunto para o secretário Nalini, mas para o jurista, o juiz sério, o desembargador, o presidente do Tribunal de Justiça, uma pergunta muito objetiva. O senhor acha correta essa manobra, essa manipulação de considerar dinheiro investido de previdência, como se fosse dinheiro investido na educação? O senhor acha correto esse plano leviano orçamentário, que finge estar investindo em educação, e não vai investir nem 25%?

Eu tenho aqui um julgado do Tribunal de Justiça que o senhor já compôs e honrou no tribunal, e um acórdão. Eles questionam que a 5ª Câmara de Direito Público considera inconstitucional uma ação da Prefeitura de São Paulo que utilizava como verba constitucional, uma parte investida em previdência. Ou seja, é um golpe que estamos dando na educação. Faço uma pergunta ao jurista, o senhor vai continuar compactuando com esse golpe que o governador do Estado dá na educação?

Era isso, deputada. Depois continuo na minha inscrição, para não atrapalhar os demais deputados.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Rillo. Só para lembrar a todos que o Tribunal de Contas do Estado já sinalizou que a partir de 2018 não vai mais aceitar o pagamento de aposentados com recursos da educação, para jogar nos 30%. Agora passo a palavra ao deputado Marco Vinholi. Antes disso queria saudar a presença das deputadas Ana do Carmo, Clélia Gomes, Márcia Lia, Marta Costa e os deputados Gondim e Nascimento.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Boa tarde a todos e a todas, entidades aqui presentes, a presidente Beth Sahão pela condução dos trabalhos de forma democrática, ao secretário Nalini, o secretário Nalini, que vem fazendo um bom trabalho na Secretaria de Estado da Educação, aos meus pares e colegas deputados aqui presentes

nesse debate importante para a educação do estado de São Paulo. Primeiro queria iniciar lendo um pequeno trecho de uma matéria que saiu hoje no Jornal “A Folha de São Paulo”, sobre o Ideb.

“A rede estadual de educação de São Paulo conseguiu avançar no Ideb do ensino médio, mas os resultados de aprendizado pioraram tanto em português, quanto em matemática. Mesmo com a alta do indicador em 2015, o Estado fica abaixo da meta. O Estado passou de 3,7 para 3,9. A meta era de 4,2”. Dada a importância do Ideb e desse indicador, queria iniciar perguntando ao secretário Nalini o motivo desses resultados terem piorado em português e matemática, e ao que você atribui essa piora. Qual é o planejamento para avançar nessas duas matérias, que são fundamentais dentro do ensino público?

Queria também dizer que foi aprovado recentemente nesta Casa o ensino de empreendedorismo, uma nova modalidade que será implementada na escola pública paulista. É um debate que vem sendo tocado aqui nesta Casa. Quero questionar o secretário de que forma deve se dar essa implementação, e como esse trabalho será feito na secretaria no próximo período. Também foi aberto edital para os professores que quiserem atuar no modelo integral de São Paulo. Queria saber como vai ser dar essa implementação, qual a transparência dada nesse processo e de que forma vamos avançar com esse modelo de escola integral no estado.

O programa Escola da Família, que alguns pares meus já falaram, é fundamental para a inclusão na escola ou na universidade de São Paulo. Temos previsto 72 milhões para o ano de 2018, para o programa Escola da Família - mais de 1.800 escolas, um programa que dá acesso fundamental para nossos jovens na universidade. Queria questionar de que forma tem se dado esse avanço no Escola da Família, o que está planejado para a frente, e se o Estado de São Paulo pensa alguma política de permanência estudantil.

Hoje uma das pautas das entidades que militam no movimento estudantil é a permanência estudantil e o combate, tanto a evasão escolar no ensino médio, quanto a possibilidade de políticas com o Bom Prato estudantil, moradia, subsidiadas pela Secretaria da Educação. Teríamos programas de permanência estudantil no ensino superior e também no ensino médio. É um programa que avançou nos últimos anos para coibir a evasão escolar que tem sido grande no estado de São Paulo e em todo o país. Também queria falar sobre o programa Ler e Escrever. Temos previsto no orçamento de

2018, 12 milhões, 177 mil e 460 para esse programa. Queria saber se isso é o bastante, e qual população será atendida com esse montante.

Foi falado aqui também e queria registrar a questão do EJA. Qual é a meta de atendimento no EJA esse ano? Se estamos atendendo, qual o percentual da população que busca o EJA no estado? E de que forma tem sido dado esse avanço com o trabalho? Outro questionamento é sobre o centro de estudos de línguas, secretário Nalini. Qual é o planejamento de expansão desse centro? Eu vi que a previsão é que tenhamos 56 mil alunos atendidos, e sabemos as necessidades prementes dos nossos estudantes a ter acesso às línguas cada vez mais. Queria saber qual é o planejamento para avançar nesse sentido.

Também registro que tivemos na peça orçamentária apresentada nesta Casa, a possibilidade de investimento em torno de 30 milhões, 784 mil, 766 e 23 na educação no ano de 2018. Ou seja, superior ao ano de 2017, que foi de 30 milhões, 459 mil, 970, 640. São quase dois milhões a mais que dois milhões a mais que o constitucional exige. Queria saber do secretário de que forma esse recurso virá a ser utilizado na secretaria, e de que forma poderemos fazer a atuação em torno. O deputado Giannazi colocou aqui algumas escolas, e essa é a realidade de algumas escolas. De outras não. Na minha cidade por exemplo, várias cidades avançaram e receberam reformas, assim como tivemos escolas construídas em vários cantos do estado.

Vi que temos previsto nove bilhões, 382 milhões para reformas e construção do ensino básico como um todo. Eu queria saber do secretário se tem um planejamento sobre isso, de que forma foram feitas essas reformas no ano de 2017, e como isso se dará em 2018. Por fim, quero registrar que esse debate democrático é importante. Acreditamos, assim como você, na importância da valorização do professorado. Nalini, você veio do Tribunal de Justiça e foi uma grata surpresa para nós na Secretaria da Educação. Confio no trabalho que vem sendo feito e tem sido reconhecido amplamente no estado de São Paulo. É um trabalho importantíssimo no estado. Parabéns pelo trabalho e vamos seguir nesse debate democrático para avançar na educação do estado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Quero anunciar também a presença do deputado Junior Aprillanti e Teonílio Barba. Não sei se tem mais algum deputado que deixei de anunciar. Agora vamos intercalar, porque tem muito deputado para falar. Senão não conseguimos ouvir as entidades, o que não é justo. Vou passar a

palavra para a Leci Brandão e o representante de uma entidade, porque acho que assim fica mais honesto.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Deus abençoe, proteja e ilumine todos e todas que estão aqui. Sra. Presidente Beth Sahão, secretário Nalini, serei bem objetiva, até porque tem a questão do tempo e a Bebel já veio aqui falar. Vai falar todo mundo sim. Em outubro de 2013 tivemos uma conferência sobre a questão da Lei 10.639. Toda vez que V. Exa. vem aqui, sempre pergunto sobre isso. Serei bem objetiva. A secretaria vai superar esse abismo de colocar para execução a Lei 10.639? A lei existe, é o ensino da história da África e dos afrodescendentes. Quero saber quando o senhor vai resolver.

E para terminar. O senhor sabe que tem um grupo que não entende nada de educação, é um grupo político que está querendo tornar o Brasil... O Escola Sem Partido. Eu queria saber o que o senhor acha disso. Muito obrigada, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, Leci. Então agora, cadê a entidade?

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Pela ordem, presidente. Gostaria de lembrar que temos mais deputados inscritos para fazer suas perguntas e participar do debate. Nada contra, acho que podemos sim dar oportunidade para as entidades e pessoas que estão aqui. Mas é necessário lembrar que não estamos numa audiência pública. Estamos aqui através da visita do secretário pelo Art. 52. Não existe obrigatoriedade de ter participação popular, embora eu seja defensor disso. Mas nós temos deputados inscritos. A deputada Rita está inscrita, eu gostaria de fazer algumas perguntas, o deputado Welson Gasparini também quer falar.

Nós gostaríamos de ter a oportunidade. O povo quer falar, mas os deputados que foram eleitos pelo povo também querem falar. A deputada Rita quer falar, eu gostaria de falar, o deputado Welson Gasparini gostaria de falar. Então gostaria que a senhora seguisse o rito que a senhora mesmo anunciou.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - O deputado Welson Gasparini não está inscrito. Eu pergunto a V. Exa., tanto o Sr. Deputado Fernando Cury, quanto a deputada Rita Passos, se vocês concordam em intercalar. Se vocês não concordarem, já tem a palavra a deputada Rita Passos. Você quer falar, deputada Rita?

O SR. FERNANDO CURY - PPS - A deputada Rita Passos quer falar.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Deputado Fernando Cury, não se exalte. Estou perguntando para a deputada.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Ela acabou de responder. Ela está sem microfone.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Pode passar o microfone para ela.

A SRA. RITA PASSOS - PSD - Boa tarde a todos. Eu creio que todo mundo vai poder falar, assim espero. Creio que todos poderão falar, é democracia. Dr. Nalini, primeiro gostaria de agradecer a presença do senhor aqui em nossa Comissão. Tenho um respeito muito grande pelo senhor, até porque é uma pessoa extremamente educada e sempre nos recebeu muito bem. Eu gostaria de fazer uma pergunta, mais específica de uma localidade.

Nós sabemos que o governo está implantando um projeto piloto através do Centro Paula Souza, o EJA profissionalizante. Eu estive com o senhor uma vez pedindo que fosse cedida uma escola compartilhada em Itu, numa região bem distante do centro da cidade, com 60 mil habitantes. Eu verifiquei que lá tem uma escola chamada Caíque, e que poderia ser uma escola compartilhada do Paula Souza. É uma escola estadual. O senhor autorizou e a diretora também. No entanto, para que isso ocorra, e eu sei que o EJA profissionalizante é muito importante, porque a pessoa além de fazer a escola formal, também terá uma profissão, era necessário fazer uma reforma nessa escola.

Estou muito ansiosa para saber se a escola vai acontecer, porque quero que isso aconteça. Que comece logo o curso do EJA nessa escola que pleiteei. Gostaria de saber se podemos contar com isso, já para início do ano que vem.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputada Rita Passos. Deputado Fernando Cury, já que V. Exa. não abriu mão para nossas entidades.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Boa tarde a todos. Eu gostaria apenas que o rito proposto fosse seguido. Eu quero ouvir a população e as entidades, só acho que a senhora propôs uma coisa diferente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Por favor, gostaria que fosse garantia a palavra ao deputado Fernando Cury. Por gentileza.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Secretário, em primeiro lugar gostaria de agradecer sua presença, para que todos nós pudéssemos, com tranquilidade, continuar ouvindo sua explanação e os questionamentos feitos pelos deputados. Eu acredito que tivemos a oportunidade de ouvir os deputados da oposição, que são importantes para ajudar a construir esse modelo de educação que tanto precisamos em nosso estado. Existe a oportunidade de corrigir rumos, não tenham dúvida disso. Eu escutei aqui muitas coisas adversas da educação, e é importante ouvirmos isso. Vou ter a oportunidade de ouvir em sua explanação.

Tem duas coisas que me intrigaram um pouco nesse início da nossa reunião. Primeiro quando o senhor falou a respeito da existência de um projeto pioneiro no estado de São Paulo, o de gestão democrática. Eu vi que a plateia mesmo se manifestou de certa forma contrariada, quando o secretário se referiu, então gostaria de entender como é a execução desse projeto, qual resultado ele tem dado, e quais os próximos passos. Afinal de contas, é um projeto único e pioneiro no país, e vi a insatisfação da plateia. Então gostaria que o senhor tivesse a oportunidade de se aprofundar um pouco mais com relação a execução, o resultado e os próximos passos.

E com relação a uma colocação que foi feita aqui, eu tenho andado, assim como a deputada Beth, o deputado Marco e outros que andam por todo o estado, nas escolas estaduais. Acredito que ainda temos sim muita necessidade, dificuldade e desafios na educação, para avançarmos. Mas na questão da estrutura, existem alguns dados que talvez para mim possam parecer divergentes. Tenho alguns dados em mãos de que a Secretaria de Estado da Educação possui um orçamento previsto, uma dotação atual de 312 milhões aproximadamente, para investimentos nas escolas. São 5.400 escolas em todo o estado de São Paulo, e sabemos que a Secretaria da Educação é uma das maiores empresas do mundo.

Tivemos a informação, vi circular na internet o vídeo do deputado Giannazi, que inclusive está aqui conosco, mostrando algumas fotos, de que esse orçamento seria de

dez bilhões de reais. Eu tenho informação de que esse valor é o custeio da máquina e das escolas, a manutenção de tudo isso. Então queria saber realmente, porque tenho acompanhado obras nas cidades que temos trabalho político. Cidades na região do Vale do Paraíba e do Litoral Norte. Estive lá essa semana e foram mais de 500 mil reais em mais de três escolas, em três cidades diferentes. Na região centro-oeste do estado também mais de 400 mil anunciados para reformas de escolas, e as obras já estão começando. Estive na região sudoeste do estado, com mais de um milhão e 600 mil reais.

Eu concordo que existem os desafios, como disse o deputado Giannazi, e concordo com o deputado Marco Vinholi, que muito também se faz por nossas escolas. Eu acredito que esses dados, para termos uma noção real do valor da dotação para novos investimentos e reformas dessas escolas, e aquilo que é custeio da secretaria em si. Para termos uma noção, são dez bilhões ou 300 milhões para investimentos? Se o senhor puder esclarecer para nós, seriam dois pontos importantes. Acredito que o Estado vem avançando, ainda que tenhamos diversos desafios como foram ditos pelos demais colegas.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Ok. Deputado Welson Gasparini, por favor.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Presidente Beth Sahão, senhor secretário, colegas deputados, minhas senhoras e meus senhores. Secretário, em primeiro lugar minha admiração e respeito por sua atuação numa época tão difícil, como estamos enfrentando. O Brasil está com a pior crise econômica, moral, e por que não dizer, uma crise que atinge todos os setores. O senhor tem, em suas mãos, a importância de gerir uma área como a da educação, com todos esses problemas que a nação enfrenta. Eu tenho duas perguntas ao senhor. Primeiro, como está hoje a integração professores e escolas com as famílias dos alunos? Sem dúvida alguma, isso é importantíssimo. Tem havido nas escolas reuniões de pais e mestres.

Pelo que sentimos, os pais acham que é obrigação dos professores e só deles, dar educação. E muitos professores acham que é obrigação dos pais em ter um comportamento correto, e que os filhos estudem. Acredito que as reuniões de pais e mestres, se realizadas com bastante carinho e tudo mais, são de grande importância para evitar isso que está acontecendo hoje. Alunos que já estão no terceiro, quarto ano, e não

sabem interpretar um texto. E pior ainda, além de não interpretar um texto, muitas vezes não pode e não sabe fazer uma conta de matemática. É triste falar isso, mas é a realidade.

Segunda pergunta ao secretário. Eu acredito que copiar o que é certo não é feio. A Folha de São Paulo tem feito reportagens mostrando que apesar dessa crise que o ensino está sofrendo no Brasil todo, e não é só nas escolas de primeiro ou segundo grau, mas nas universidades. Vocês sabem que nas escolas de Direito, bacharéis quando vão para a prova de capacidade da Ordem dos Advogados, 54% mais da metade não pode exercer a profissão porque não estão capacitados. E o presidente do Conselho de Medicina do Estado de São Paulo falou que se fosse feito o mesmo exame de capacitação dos formados nas faculdades de Medicina, mais da metade não estaria apto a exercer a profissão.

Então minha pergunta é o seguinte, copiar o que é inteligente não é feio. A Folha de São Paulo mostra várias cidades e regiões do estado de São Paulo, do interior e outras unidades do Brasil, onde o ensino está fabuloso. Onde há uma integração professores e pais. Onde realmente o resultado do aproveitamento do ensino é fantástico. Eu pergunto ao secretário se não seria interessante destacar pessoas da secretaria para irem nesses locais onde são apresentados como modelos no campo educacional. Não é modelo estadual, mas municipal ou regional. Eu acredito que essa cópia seria interessante. Muito obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada. Agora vou passar para as entidades, intercalando. Vou chamar a Maria Izabel Noronha, a Bebel, presidente da Apeoesp.

A SRA. MARIA IZABEL NORONHA - Primeiro eu começo cumprimentando a presidente da Comissão de Educação, a deputada Beth Sahão, e demais deputados. Cumprimento também todo o público presente e as entidades. Senhor secretário da Educação, confesso que eu não me atordoo com uma situação que está aqui hoje. Interessante, acho que o público percebeu muito bem que o governo veio em peso para a Mesa. Isso é bom, não acho ruim, acho que tem que vir mesmo para sentir o que nós passamos nas salas de aula. Para saber o que é que esses professores e professoras dão de si. Passaram o dia todo aqui debatendo, para quê? Porque acreditamos que é possível mudar. E vai mudar através da educação. É dessa forma.

Se é dessa forma, quero chamar a atenção para o seguinte, secretário. Como pensar em avançar se temos o PL 920, que fala em enxugar por mais dois anos os salários e a forma de contratação de funcionários públicos? Como melhorar a educação se falam em contratar da forma mais adversa? E quero dizer que o Plano Estadual de Educação mostrou o caminho. Por que não colocaram em prática a meta 1820, que diz condição igual de contratação, tanto para temporários, como efetivos? O Luiz Turco fez um destaque interessante no que diz respeito a conceito de forma de termos reajustes. Ninguém pediu índice, nós pedimos o que mesmo? A meta 17 do Plano Estadual de Educação, que diz que o professor não pode ganhar menos que a média que os demais profissionais de nível superior.

Vou fazer uma conta que assustou o governo na época, mas ela é por um período de seis anos, não de uma vez. Não é verdade que somos aqueles que nos trancamos ou é 75 ou... Não, nós queremos negociar o plano, queremos fazer a coisa direito. Isso já deu certo secretário, e no que está dando certo nós temos que avançar. Eu quero chamar a atenção para o seguinte. Não adianta eu ficar aqui nessa audiência soltando números. Eu acho que temos que fazer o esforço de fazer da educação a principal área para ter o desenvolvimento do estado. Eu acho que os professores devem ter o respeito que eles dão para a população. Nós damos respeito, mas não somos respeitados. Essa é a questão.

Quero dizer que sou representante do maior sindicato da América Latina. Fui eleita para tal. Eu não tenho nenhum problema de vir e ouvir escola aqui. Mas ouvir os professores também é importante, porque eles são aqueles que segundo a Ângela Merkel... E ela é conservadora, mas tem a política da educação como prioridade. Ela disse: “Como vou pagar mais para um ministro” do suposto STF, que é aqui no Brasil “se os professores é que formam os ministros?”. Então temos que pensar nessa questão.

Agora tem uma coisa secretário, que quero ver com o senhor, de comprometimento. A questão de as escolas serem fechadas. Confesso, e perguntei muito para a assessoria de gabinete do senhor, se eu poderia de fato colocar público de que nenhuma escola será fechada. Se isso é real. Esse é um ponto de partido, mas nós temos que sair daqui com o compromisso de ter... Não dá para ficar pontuando atribuição de aulas. Nós temos que sair daqui com o compromisso de que teremos uma comissão de atribuição de aulas, composta pelos professores, diretores, supervisores, para podermos ter uma atribuição tranquila. Esse ano inicial foi horrível, não dá para tapar o sol com a peneira. Acho que tivemos anos anteriores que até tiveram boas

atribuições. Nós podemos fazer essa comissão funcionar e colocar para frente. E deixar essa categoria respirar um pouco mais em paz.

Já não tem condições de trabalho, não tem salário, tem o PL 920 sobre a cabeça, a demissão de 33 mil professores de categoria O. O senhor vai cumprir isso, secretário? Vai ser capaz de deixar isso acontecer? O Wilson me pediu um arrazoado. Eu gostaria que o senhor se comprometesse aqui do jeito que me fora dito, que a secretaria tem uma posição favorável a não demissão dos professores categoria O. Nós fizemos esse arrazoado, e entreguei para o Wilson agora, protocolado. Eu gostaria muito, e espero que o senhor vá até o Palácio dos Bandeirantes dizer que quando implantou a duzentena, milhares de alunos ficaram sem aulas.

Tem que ter pelo menos esse período para debatermos a melhor forma de contratação, e colocar essa categoria para cima para ela começar o ano na luta. Vamos lutar, pode ter certeza. Em janeiro tem assembleia, olha que categoria de luta. Não fazemos só isso aqui, mas vamos para as ruas e fazemos assembleia para medir as posições. Secretário, se comprometa com essas posições. Não feche as salas. Se comprometa com o governador para quebrar essa duzentena. Media. Tem saída? Não pode ser os 90 dias, porque 90 ou 180 é a mesma coisa. Diminuíram para 90, mas isso não adianta nada. Tem que ser algo que dê certeza às pessoas que possam ter segurança.

E o salário vamos debruçar. Só para terminar, nessa questão do PL 920 são 255 bilhões de dívidas. 184 bi foi porque os empresários não pagaram impostos. Se não pagaram, por que nós vamos pagar essa dívida? Cobra os impostos e o ICMS dos empresários. Vamos dar uma educação de qualidade para o povo paulista. Salário digno para os professores. Aí o senhor verá esses professores de cabeça erguida, e de forma muito forte, tocar a educação pública no estado de São Paulo.

Muito obrigada e um forte abraço.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Eu queria anunciar a presença dos deputados Celino Cardoso, Márcio Camargo e a deputada Célia Leão. Vou chamar mais um do público, o Dimas, da Escola Estadual Gavião Peixoto. Por favor, para termos tempo de grande parte das pessoas inscritas e mais alguns deputados poderem se manifestar. Cadê o Dimas? Por favor.

O SR. DIMAS - Boa tarde colegas professores, deputados e principalmente secretário. Estamos aqui para encaminhar um abaixo-assinado e uma manifestação da

comunidade, dos professores e pais, contrários à decisão da Secretaria da Educação, de desmembrar a Escola Galvão Peixoto. Essa é a terceira tentativa da Secretaria da Educação nos últimos 17 anos, de tentar fazer essa divisão da escola. Essa divisão acarreta uma diminuição, principalmente das aulas do ensino médio. Não vou explicar detalhadamente por que isso ocorre, mas é uma coisa meio óbvia.

Quem está na educação sabe que uma escola com todos os níveis de ensino - do fundamental ao médio, se dividido, realmente causa uma redução das aulas oferecidas aos alunos. Principalmente os alunos de EJA. Nossa escola é uma das únicas da nossa região a oferecer esse tipo de ensino. Inclusive eu gostaria de chamar a atenção do secretário, porque ele fala em democratização das ações da Secretaria da Educação. Nós soubemos do desmembramento da escola através do Diário Oficial, que abrem licitação para empresas apresentarem propostas. Os alunos não foram informados, os professores não foram informados, ninguém nos informou de coisa alguma e sequer há uma justificativa para isso. Nem mesmo justificativa é colocada.

Não é a primeira vez, e não se trata nem dessa gestão. Isso é uma prática da Secretaria da Educação há muito tempo. Portanto, não há realmente essa democratização da secretaria. Não há discussão com os pais, com os alunos, com a comunidade e com os professores. Não há esse tipo de coisa. Simplesmente são decisões que vêm de cima e somos obrigados a acatar. O Gavião Peixoto já lutou duas vezes contra essa divisão da escola, e nós vencemos. Nós acreditamos que vamos vencer novamente, porque essa escola não vai se arregar. É uma escola que sempre teve um movimento muito forte da comunidade e da população, dos pais e professores. Não vamos permitir que isso ocorra.

Já vencemos duas vezes, e estamos avisando que vamos para a luta pela terceira vez. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Ok. Quem vai falar pela Escola Estadual Miss Browne? Vamos lá, o tempo está correndo.

O SR. GUSTAVO - Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Gustavo, e sou representante do grêmio estudantil da Escola Miss Browne, junto com meus colegas aqui. Queremos falar de alguns fatos que foram falados nessa reunião. Nossa escola não funciona. Tem 17 computadores, e metade não funciona. Não tem espaço suficiente. Nossa escola não tem nem monitor para nos guiar lá dentro. Também temos professores

que faltam, mas não porque querem, mas por não terem motivação para dar aula. O período da noite principalmente, não tem professor ali presente.

O grêmio estudantil não tem apoio da diretoria de ensino e da Secretaria da Educação. Eles simplesmente falam para nós: “é com vocês, aqui está o cargo de vocês, sigam”. Não temos apoio. Só temos apoio da nossa escola e dos nossos projetos. Tem aluno reclamando que não conseguimos... Os projetos que vocês prometem, cadê? Simplesmente não conseguimos realizar os projetos porque não temos verba e um apoio da secretaria e da diretoria de ensino. Falta de material também se encontra presente na unidade escolar.

O Dr. Giannazi também acompanha nosso caso. O fechamento da escola é repentina. Queriam transformar nossa escola na diretoria centro-oeste, que não faz parte da nossa diretoria, e depois foi esclarecido. É uma obra desnecessária de 600 mil reais.

O SR. GABRIEL - Olá, meu nome é Gabriel. Gostaria de dizer que nossa educação não vai melhorar. Sabe por quê? Olhem nossos diretores aqui aplaudindo uma mentira dessas. Nossa educação não vai melhorar enquanto existir um secretário que mente dados. Se ele diz que é democrático, quando vai existir eleição de diretores nas escolas? Nunca. Eu convido os diretores que bateram palma e o secretário a ir em escolas comigo e visitar, porque acredito que você não faz isso. Eu acredito que você não foi em nenhuma escola da periferia. Já conhece a realidade lá? Já estudou com 60 alunos dentro de uma sala de aula? Já deu aula? Essa é a realidade, não o que está no papel. É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Próximo inscrito é o João, da Conlutas. O próximo é da CNTE, do SIMPI, do FEDER. Fiquem no jeito porque até sair lá do fundo e vir para cá, o tempo urge. Vamos lá.

O SR. JOÃO - Boa tarde à Mesa, ao secretário de Educação, aos professores e professoras. Primeiro, acho que o colega que me antecedeu, o estudante, expressou uma coisa que qualquer professor da rede pública, aluno, pai ou mãe de aluno que vive a escola pública, sabe que os dados apresentados aqui são uma grande fantasia, que não significam absolutamente nada na realidade das escolas públicas. Dou aula de História na periferia de São Paulo também, além de ser militante do sindicato dos professores, e queria colocar três coisinhas básicas aqui, para começar. Novamente o Alckmin

apresentou o PL 920 com o discurso de que em São Paulo, nosso teto não afetaria com o PL 920. Em primeiro lugar que o PL 920 é uma afronta à educação pública.

Cada vez que o Alckmin se elegeu governador de São Paulo, na televisão aparecia: “minha prioridade é a educação, saúde e habitação”. A educação sempre estava entre os três ou quatro temas prioritários. A escola pública paulista é decadente. Nalini, o próprio dado você não consegue esconder. Você colocou aqui que 26% das escolas dos anos finais atingiram ou superaram as metas. Se 26% conseguiram, mais de 70% das escolas não conseguem sequer os índices do Ideb. Essa é a realidade da escola pública paulista. Há uma destruição da escola. 30% do professorado pega licença médica. A maioria absoluta é licença psiquiátrica, isso dados do DPME.

O DPME publicou agora que mais de 30% dos docentes doentes é por psiquiatria, porque trabalham com 40 ou 50 alunos, e a organização escolar, a estrutura que vocês montaram com supervisores e diretores é extremamente autoritária. O que tem na escola pública não é democracia, mas assédio moral permanente contra professores e professoras. Secretário, se quiser te entrego mais de 30 ou 40 professores que sofrem assédio moral diretamente. Tem processo administrativo contra professor que, cumprindo a constituição, usou seu direito de fazer greve. O senhor sabe que um professor não pode ser processado para ser demitido porque fez greve. Existem dezenas de processos assim.

Esse é o quadro da realidade da escola pública hoje. Atribuição de aula é uma imposição arbitrária. Professores estão sendo obrigados, na atribuição de aula, a escolher três, quatro, cinco escolas para completar a jornada. Não existe hipótese de o professor ficar numa escola só ou em duas escolas. São três ou quatro escolas. Isso é generalizado, porque essa é a estrutura. A maioria das escolas de tempo integral tiveram rejeitado no conselho de escolas a aprovação do projeto. E mesmo assim foi imposto contra a vontade das comunidades o projeto escola integral.

E para encerrar, quero dizer o seguinte. O Centro Paula Souza noticiou sobre o projeto piloto do ensino técnico. No projeto piloto, que até a imprensa noticiou recentemente, há uma redução brutal das aulas de português, de matemática - que está ruim no Ideb, sociologia, história e inclusive as aulas técnicas dos cursos técnicos. É uma aberração total contra a qualidade da educação. O Centro Paula Souza não é vinculado à Secretaria da Educação, e anunciou que está fazendo um teste piloto para ser implementado em 2019, a partir de um convênio com a Secretaria da Educação. Eu quero saber se a secretaria pelo menos tem o compromisso de, antes de aplicar a

reforma do ensino médio excludente, que reduz currículo e piora ainda mais a qualidade de ensino, se vai existir algum debate efetivo com aqueles que constroem a escola no dia a dia - os professores, alunos e a comunidade.

É assim que tem que ser. Encerro saudando a juventude, que em 2015 teve a capacidade de ocupar as escolas e impedir um processo de reorganização que tinha apoio do governo, da secretaria e dos dirigentes de ensino. Aliás, no final de 2015, foi impressionante. O tal do Padula que alguém citou, que está envolvido em corrupção, tem áudio gravado dele propondo aos diretores, supervisores e dirigentes usar violência contra os alunos. A escola é um espaço de construção democrática e não pode haver violência. A secretaria instituiu a violência em 2015, e felizmente foi derrotada e a reforma não passou.

Para concluir, vocês estão fechando dezenas de escolas e períodos para o ano que vem. Além disso, tem que acabar com a escola de lata e construir escola de alvenaria. Vocês estão usando 50%, fechando escolas e não estão dando alternativas para as comunidades. Não ao fechamento de escolas. Vamos lutar sim, pela escola pública. Espero compromisso do governo com isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Eu pediria a todos que estão inscritos para serem mais breves, para podermos ouvir o maior número possível de pessoas. O CNPE, o Fabio Santos de Moraes.

O SR. FABIO SANTOS DE MORAIS - Obrigado Beth. Queria saúda-la, e em seu nome saudar todos os deputados e secretário. Saudar os professores que estão aqui nessa plenária, e os estudantes que também participam desse momento importante da educação pública do estado de São Paulo. Temos muita coisa para debater e falar. Às vezes passamos do horário Beth, porque o desespero é grande. Realmente temos problemas seríssimos nas escolas públicas. Vou começar por um que já foi dito aqui e frisado inclusive por nossa presidente, professora Bebel - eu represento a CNPE no estado de São Paulo, mas sou vice-presidente da Apeoesp com muito orgulho - que é a questão do professor categoria O.

Acho que seria muito importante que essa questão saísse resolvida daqui. Houve um tempo na escola que faltava funcionário, porteiro. Hoje falta professor. Todo mundo que está aqui sabe que isso é uma realidade. Quando o professor chega na escola, não tem suficiente para todas as salas de aula. E não abre o cadastro emergencial para

contratação de professores. Há um desespero inclusive dos diretores de escola, porque chega na primeira aula e falta cinco, seis professores. E tem que tratar isso porque não tem quantidade. Aliás, o problema está tão sério que aqui na cidade de São Paulo, quando chega no final do mês, o professor não tem dinheiro para dar aula. Quem dá aula em cinco, seis escolas, chega no final do mês e não tem dinheiro.

Infelizmente chegamos num ponto no estado de São Paulo, que o Estado paga o salário abaixo do piso nacional. Nós não podemos aceitar isso. O piso nacional salarial é uma lei conquistada em nosso país, de que nenhum professor deve ganhar menos que o piso nacional. O PEB I no estado de São Paulo está recebendo menos. O governo ao invés de dar um reajuste, que é o que a maioria dos estados brasileiros fizeram, deu um abono. Isso é uma vergonha. Nós estamos discutindo esse assunto inclusive judicialmente, porque não pode num estado como São Paulo.

Outro dia vi na TV com tristeza, uma notícia falando: “Olha como a escola está legal, como o projeto é bacana. Você acha que é São Paulo? Não é São Paulo, é Pernambuco”. Isso está passando na televisão. Eu quero que a educação de todo o país seja boa, mas que a do estado mais rico do país tenha uma atenção especial. Tem que passar pela questão salarial. O Governo do Estado tem obrigação com o funcionalismo público, sobretudo com os professores e funcionários de escolas que estão aqui. Não podemos aceitar o que um professor ganha no estado de São Paulo. Professor está trabalhando 64 horas, por isso está doente. Não suportamos, é mais que nossa saúde determina.

Secretário, olhe com muito carinho essas questões do reajuste, do emprego e da condição de salário. Nós vamos lutar, porque acreditamos nessa garotada, nesses jovens e adultos que estão na escola pública. E acreditamos nesses professores e funcionários. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada Fabio. Próximo é o Roberto Guido, do SIMPI.

O SR. ROBERTO GUIDO - Boa tarde a todos e todas, companheiros e companheiras, colegas de escola, deputados e deputadas presentes. Na pessoa da deputada Beth Sahão, cumprimento a todos. E ao secretário, do qual respeito muito, embora divirja fundamentalmente das diretrizes da Secretaria da Educação. Penso que tivemos um esforço brutal para aprovarmos um Plano Estadual de Educação nesta Casa,

que agora é marco legal. E o esforço que a secretaria deveria desenvolver para que esse plano estadual fosse de fato implementado, com todas suas metas.

Nós reduziríamos e muito os problemas que enfrentamos nas escolas, seja pela valorização dos profissionais de educação, pelo fim da precarização, pelo estabelecimento e cumprimento das metas com relação a desempenho. Seja nas avaliações externas ou no que diz respeito a evasão e repetência nas escolas. Mas chamo a atenção, e aí faço coro com meus colegas, que temos um problema imediato. Se de fato o Governo do Estado e a Secretaria da Educação tem compromisso com a educação, não pode comprometer o ano de 2018 logo de cara, deixando 30 mil professores de fora e inviabilizando o início do ano letivo. E 90, 40 dias não resolvem esse problema, porque vamos as aulas sem professores. Por isso é emergente a solução dessa questão.

A outra questão que quer chamar atenção é que a Secretaria da Educação tem que ter uma resposta contundente em relação a esses grupos minoritários que têm invadido as escolas para defender o Escola Sem Partido, e defender o seu partido. Nós não admitimos nenhum tipo de discriminação nas escolas. Qualquer professor que tenha compromisso sabe que o respeito à diversidade, seja de ideias ou concepções, é fundamental para que o processo educativo se dê a contento. Portanto, a Secretaria da Educação deve ter uma posição muito séria com relação a essa invasão feita nas escolas para assediar professores e estudantes.

Se de fato queremos que nossos estudantes do estado de São Paulo tenham uma concepção crítica, a começar pelo ato de exercer a democracia, nós não podemos tutelar os grêmios escolares. É necessário chamar as entidades estudantis representativas para debater a democracia nas escolas e a gestão democrática. Por fim, secretário Nalini, temos compromisso para a escola. Sempre fui da escola pública, e desde aquela época se chamava jardim da infância. Meu compromisso é com a escola pública, e inclusive foi até a universidade e se mantém até hoje, mesmo com a perversão que a secretaria trata os seus trabalhadores e trabalhadoras. Muitos dos nossos colegas estão se exonerando para fazer qualquer outra coisa.

Nesse quadro é inadmissível, volto a frisar, que não saímos daqui com o compromisso de eliminar essa quarentena dos professores e professoras temporários, e enfim estabelecer uma comissão para que possamos garantir o cumprimento não só da meta 17, mas das 21 metas que estão no Plano Estadual de Educação. Para concluir, se de fato esse Estado, como disse o líder do governo em outra ocasião, não é conduzido,

mas condutor, não podemos nos submeter a um governo golpista de Brasília, que a pretexto de resolver problemas das dívidas, coloca um facão nos serviços públicos.

Abaixo ao PL 920, contra a precarização dos professores e por uma educação pública de qualidade.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. João Paulo Rillo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOÃO PAULO RILLO - PT - Obrigado Guido. Pessoal, ainda temos quase dez inscrições. Quando começa a Ordem do Dia temos que parar obrigatoriamente por aqui. Então só registrar que quem não concordou em suspender lá é o deputado Marco Vinholi, que acabou de falar em educação, acabou de saudar o debate, e foi no plenário fazer outra coisa. É um pouco o que acontece na Casa. Por conta disso pedirei que aqueles que serão chamados falem rapidamente, sintetizar, para garantir a fala de todo mundo e ouvirmos o secretário. Foram feitas interrogações preciosas, e é importante termos o compromisso público sobre isso. Agora é o Fláudio.

O SR. FLÁUDIO - Boa tarde, professores e professoras. Sou do Feder. A Natalina estava inscrita, e vim para cá porque também sou negro e tenho que ter esse compromisso de representar os professores e a questão racial. Quero saudar, na pessoa da Leci, todas as mulheres presentes. E em nome do Rillo, todos os deputados. E saudar o secretário, Dr. Nalini, pela presença aqui.

Primeiro, acho que estamos vivendo um momento de extrema dificuldade. Até o mês de julho eu estava em sala de aula, e por conta de um mandato sindical me afastei. Mas sei o quanto é difícil hoje ser professor na periferia do estado de São Paulo, nas cidades do estado. A ausência do professor mediador trouxe uma série de problemas muito graves. Além de termos esses trabalhadores fora do trabalho que já vinham desempenhando tão bem, foi dado para os vice-diretores que cumprem outra função. É mais de colaboração ou dirigente da escola. Dificilmente teria condições de conter conflitos. São conflitos de toda a ordem, principalmente quem leciona na periferia.

E eu queria pedir também, porque hoje temos uma onda conservadora que está chegando nas escolas. Essa agenda conservadora é de grupos. Teríamos que alertar dirigentes regionais, porque pessoas estão indo pregar escola militar, no âmbito da escola. Tem essa abertura para esse debate conservador e desrespeitoso com a educação no estado de São Paulo e do Brasil. Querem fazer uma cartilha sobre o que o professor pode ou não ensinar. Isso é uma degradação total da nossa profissão. Alguém ir para a escola e definir o que o professor pode ou não pode ensinar. E sabemos que existe a liberdade de cátedra, e não podemos abrir mão desse princípio. O direito de ensinar de forma plural.

O professor não é uma pessoa qualquer. É um educador, e como tal tem que ser respeitado. O Estado não pode admitir esse tipo de intervenção. O Escola Sem Partido é uma grande babaquice. Ela é muito mais partidária do que a escola atual, porque tem um traço extremamente conservador no sentido de entender que a educação tem que ser plural e laica. É isso que eu queria colocar aqui, e é uma coisa que nos aflige muito.

A questão dos companheiros categoria O. Já seria de grande monta a preocupação do desemprego de 33 mil profissionais. Mas também temos outra preocupação, que é a descontinuidade. Essas pessoas muitas vezes acabam levando o trabalho na escola por conta de falta de outros professores. Não podemos desprezar isso. Chegar no final do ano e demitir 33 mil trabalhadores não é admissível, principalmente num momento desses. Estamos vivendo um retrocesso político, e ainda tomando o respaldo de um golpe que está sendo dado com a reforma da previdência e a trabalhista, e esse projeto infame que tramita aqui na Assembleia Legislativa, o PL 920.

É isso que eu queria falar, secretário e professores.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO PAULO RILLO - PT - Pela ordem. O deputado Welson Gasparini pediu a palavra, e já passo a presidência novamente à deputada Beth Sahão.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Beth Sahão.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada, Rillo. Pois não, deputado Welson Gasparini?

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Para avisar que sou vice-presidente. Mas tudo bem. Eu só queria fazer uma observação. Pelo regimento, a partir das quatro e meia nós deputados estaduais temos que estar no parlamento. Eu não sei quantas pessoas já falaram em nome de entidades. É importante que toda entidade dê seu pronunciamento, mas acho que alguns são da mesma entidade.

Foram tantas perguntas e questões que os deputados fizeram, e as pessoas aqui presentes que também indagaram o secretário, que se ele não responder e esclarecer, daqui a pouco também terei que me ausentar. Eu queria ouvir o secretário.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - O senhor me permite um aparte?

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Pois não?

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Fui informada agora de que há deputados na tribuna falando pelo Art. 82. Portanto, para ouvirmos o secretário, tentamos negociar uma suspensão lá para prorrogarmos aqui. Nossa pessoal não conseguiu lá. Portanto, terei que passar a palavra para o secretário para ouvirmos, senão não vamos conseguir. Eu acho que o mais importante agora é ouvir o secretário.

O SR. CELINO CARDOSO - PSDB - Pela ordem. Só para dizer que acabei de falar com o líder do governo, e eles prorrogaram por meia hora a Ordem do Dia. Vai até às 17 horas.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Então temos 20 minutos aqui nesta sessão. Encerra às 17, Celino?

O SR. CELINO CARDOSO - PSDB - Não, eles entram com a Ordem do Dia às 17 horas.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Então eu pediria escusas a quem está inscrito, mas acho que é compreensível, senão não vamos ouvir o secretário. Precisamos ouvi-lo. Ele foi indagado. Um estudante, rápido. Vou te dar três minutos para você falar, e passar ao secretário. Eu acho justo, porque é uma representante de todos os estudantes.

A SRA. CAROLINE - Boa tarde, meu nome é Caroline. Queria saudar a todos. Sou a atual presidente do Grêmio Brigadeiro Gavião Peixoto, e estou aqui pela UPES - União Paulista de Estudantes Secundaristas, representando todos os outros estudantes, e pela UJS - União da Juventude Socialista. O que eu queria pautar aqui é um projeto que está sendo implementado na minha escola, que é a divisão. Inclusive queria dar boa tarde para a Lúcia, que finalmente apareceu e veio dar a cara em algum lugar. Porque em nossa escola ela não aparece, muito menos na Norte I.

O que mais eu poderia falar é sobre... Ela vai atrapalhar a fala. Enfim, mas na minha escola você não aparece Lúcia, nunca te vi lá.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Por favor, continue sua fala.

A SRA. CAROLINE - Como o companheiro disse, eu queria falar que é uma vergonha estarem todos os diretores de ensino aqui aplaudindo uma proposta ridícula, que simplesmente não sai do papel. Inclusive nossa sala de informática está no papel que foi concluída e feita, porque o dinheiro da reforma foi para a escola. Mas eu nunca usei minha sala de informática, igual acredito que muitos estudantes aqui nunca usaram. Acredito que muito estudante aqui tem que se sujeitar ao fato de entrar numa escola onde temos 46 alunos matriculados, o que é um absurdo e uma vergonha para a educação.

Me dá vergonha ver deputados saudando e falando que a Secretaria da Educação está fazendo um trabalho, quando não está. Quando ninguém aqui sequer quis dar voz aos estudantes que estão dentro das salas de aula todos os dias, para saber qual é nossa opinião, e qual o tipo de educação que queremos debater. É fácil gritarmos e apontarmos o dedo, e falarmos que fazemos, que estamos, quando vocês não estão. Quando somos nós que pagamos todo o pato. É pela periferia, por toda a galera que está aqui que literalmente pagou pelo pato do golpe, pelo desmonte do ensino médio que

temos todos os dias. Que pagou pelo pato do nosso governador Geraldo Alckmin, que desviou merenda, que desviou dinheiro da nossa escola.

Eu queria só pedir um fora Lúcia, primeiramente. Queria pedir um fora Geraldo Alckmin. Queria pedir não à divisão do Gavião, porque não vamos deixar dividir nossa escola num projeto ridículo. E só uma coisa breve que esqueci, que temos que discutir a segurança da nossa escola. Não sei se muita gente aqui sabe, por ser da Comissão de Segurança, mas tivemos duas alunas estupradas na rua da nossa escola, e não fazemos nada. O secretário Nalini chamava a polícia para nos tirar a força da CPI da Merenda, mas não temos uma viatura da porta da nossa escola. Não à divisão do Gavião.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada. Jacinto, vai lá, três minutos.

O SR. - Presidente, as falas estão se tornando repetitivas.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - O Jacinto não, ele é de outra categoria.

O SR. JACINTO - Nossa entidade é o Fórum Estadual de Educação. Nobre deputado, senhores presentes, a Cleide, de Santo André. Estou aqui enquanto professor aposentado. Através daquele diálogo proposto pelo Dr. Nalini, no Fórum Estadual de Educação, que começou lá atrás quando o professor Palma que ali está, em 2013, foi conversar com essa nobre deputada sobre a questão do Plano Estadual de Educação. O que eu quero dizer para vocês, não pensem os senhores que a educação só é feita de professor, coordenador e diretor.

Amanhã a Secretaria Estadual da Educação vai receber Nalini, porque o senhor permitiu, e o Levi nos recebeu no dia 3 de outubro, uma comissão para tratar de um descongelamento da progressão funcional dos agentes de organização escolar. Nós entramos com esse documento através de uma parceria com a deputada, e não desrespeitando o sindicato da categoria. Gostaria de agradecer a intervenção de todos aqueles que nos ouviram. E que respeitassem 3.883 assinaturas da petição pública, e de todos aqueles que discutiram conosco no Facebook.

Não se trata de uma afronta ao sindicato da categoria. Não se faz educação sem o pessoal do quadro de apoio do Estado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Obrigada. Agora vou passar para o secretário Nalini.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Sra. Presidente, começo com suas observações. Concordo com todas as percepções de que uma rede com a dimensão, complexidade e estrutura da secretaria tem muito a fazer para que nós consigamos uma educação com a qual sonhamos. Em relação as falhas do acesso à escola, estamos em plena evolução da informatização de todas as escolas de São Paulo. Como são mais de cinco mil, vamos fazer 500 por mês a partir de janeiro de 2018. Aquilo que essa Assembleia aprovou, que é o uso do celular para finalidade pedagógica, evidentemente vai depender da vontade e do interesse do professor.

Por que fizemos essa proposta que a Assembleia aqueceu e aprovou? Porque verificamos que a grande maioria do alunado tem celular e acesso às redes. O ensino fica mais atraente se ele puder fazer pesquisa e consulta, e até responder questões através do celular. Nós recebemos com alegria a notícia do Tribunal de Contas do Estado de que a verba para a inatividade não poderia ser considerada como parcela do investimento de 30% que o Governo do Estado faz em educação. Não foi a mesma recepção nos setores técnicos do governo. Então incumi també a esta Assembleia fazer com que haja possibilidade de migração de recursos para honrar os inativos.

Se não houver esse pagamento dos inativos, que hoje estão, em grande parte dentro do orçamento da secretaria, nós vamos onerar todos aqueles que se aposentaram. Inclusive esses que correram de medo da reforma da previdência, se aposentaram precocemente, quando poderiam permanecer na Secretaria da Educação, acreditando que com isso estariam a salvos. Não estarão. Então essa é uma tarefa que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo vai ter que se debruçar com muita profundidade para que possamos fazer com que não haja redução dos 30% para a educação.

Os outros estados da federação investem 25%. São Paulo, pela constituição, investe 30%. Mas agora o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça já definiram que pagamento de inativo não pode ser considerado para perfazer esse índice. Então incumbe à Assembleia, que faz o orçamento, fazer o deslocamento de outros setores para contemplar a educação e os aposentados sem reduzir os 30%. O receio será que a solução singela será reduzir os 30% para 25%, para que fiquemos como estão os

demais estados da federação. Não é bom para nós. Mas isso vai depender da Assembleia Legislativa.

A política de valorização contínua dos servidores, principalmente dos professores, não está sendo descuidada pela secretaria. Tanto que temos uma comissão paritária que é liderada por nosso chefe de gabinete, da qual a Bebel participa constantemente. Nós temos recebido os sindicatos - não só a Apoesp, mas todos os sindicatos - e gostaria que um deles dissesse que eu não recebi. Eu recebo a todos, falando com franqueza sobre a situação que acontece no estado de São Paulo, e que foi perfeitamente lembrada aqui. A crise é muito mais séria do que possam pretender os que não estão observando o que acontece no restante do Brasil. A secretaria está honrando seus compromissos.

É lógico que houve redução. Nós temos que trabalhar com três escalas de orçamento, e os deputados sabem disso. A previsão orçamentária; aquilo que é previsto que vai entrar, e não entra; e o que realmente entra. São três orçamentos. É evidente que algumas das nossas iniciativas se veem compelidas a restringir. Mas estamos numa fase em que corrigimos tudo aquilo que se fez para ajustar a educação a crise econômica. A função da secretaria adjunta Cleide, que assumiu há pouco, veio com esse intuito de refazer aquilo que possamos ter feito em nome de racionalidade ou eficiência, mas que se mostrou desastroso. Como por exemplo a questão do professor mediador, da sala de leitura. Isso tudo está sendo revisto e feito.

Revisto para voltar, e se possível com maior incremento ainda. Nós reconhecemos que a mediação é importantíssima, é uma política que pessoalmente imprimi no Tribunal de Justiça. Fui eu que comecei a fazer as instalações dos centros judiciais de solução de conflitos e cidadania, querendo reduzir a judicialização. Não poderia abandonar essa política, que é uma crença científica. Não é uma questão de achismo, é algo que vamos implementar e fazer devolver com toda a rapidez.

Passei 43 anos no Poder Judiciário acreditando que direito era instrumento de facilitação da vida. No Executivo eu vi que as assessorias jurídicas dificultam nosso trabalho. Tudo para nas análises das procuradorias. Acho que temos um excesso de jurisdição das questões que poderiam ser resolvidas com maior flexibilidade. Nisso o parlamento pode ajudar, fazer com que haja simplificação das nossas burocracias. A máquina estadual ainda é muito burocratizada. Nós enfrentamos inúmeras dificuldades para implementar vontade de mudar, melhorar, aperfeiçoar e fazer eficiência.

O deputado Carlos Giannazi falou da categoria O, e não só ele. Vários ocuparam a tribuna para falar, e isso na verdade é nossa principal preocupação nesses dias. A Bebel

sabe que estamos trabalhando e lutando com a Procuradoria Geral do Estado para que possamos reduzir essa duzentena e quarentena, para chegarmos numa proposta aceita de 90 dias. Mas mesmo assim, parece que 90 dias seria um prazo excessivo. Vamos lutar, e vou pessoalmente tentar persuadir os setores técnicos do governo de que precisamos resolver isso. O que menos queremos é que haja problema para os alunos no início das aulas de 2018.

Mas isso não impede a continuidade dos trabalhos que esta Casa pode ajudar com as entidades de classe, com os dirigentes, com os alunos e grêmios, de tentar fazer com que as carreiras sejam reestruturadas. É impossível se trabalhar com o cipoal normativo das carreiras do magistério e dos demais profissionais da educação. Vejam as categorias. Temos o abecedário inteiro, é muito difícil. Precisamos de uma carreira mais objetiva, que contemple assiduidade e mérito. Aquilo que o professor mantém ensinando em sala de aula e mais aquilo que ele adquiriu de experiência, mais eventuais cursos é o que deve prevalecer. Não podemos ter inúmeras categorias, até porque compartimentamos uma carreira que tem que ser coesa. Mas esse é um projeto do Estado, não um projeto que a secretaria possa fazer sozinha.

E não é o momento hoje, em final de gestão. Tem que ser um projeto permanente. Fazer com que o Plano Estadual de Educação seja levado a sério. Mas a categoria O será resolvida antes de terminar o ano, garanto para Vossa Excelência. Concordamos que os agentes de organização escolar não podem ganhar 971 reais. Eles são essenciais. Não podem ter um auxílio refeição de oito reais, não dá para comprar uma coxinha. Eu sou perfeitamente aberto a sustentar, junto ao governo, que essa questão tem que ser encarada até com o sacrifício de outros setores. Mas a educação é prioritária, primordial e fundamental.

A questão da resolução de módulos, deputado Giannazi, também está sendo revista por nosso colegiado, pelo comitê de políticas educacionais. Vossa Excelência está convidado a comparecer a uma das reuniões, e ver como funciona. Para que possamos fazer com que a falta de possibilidade imediata de recomposição salarial como seria justo, que possamos fazer com que o ambiente escolar seja o mais saudável, atraente e fraterno possível. É esse o nosso propósito. A questão dos nutricionistas esbarrou na Procuradoria Geral do Estado. Corro atrás desse processo diariamente, você acredita nisso? São pouquíssimas as nutricionistas. Estamos perdendo nutricionistas.

Eu tenho alertado os setores governamentais, mas é aquele trâmite irracional. O processo que passa por aqui, passa por lá, vai por lá. Eu pessoalmente estou correndo

atrás para atender. É um grupo pequeno, é uma profissional da qual a saúde dos nossos quatro milhões de alunos depende. Está para sair. Espero que até o final do ano saia, senão saio eu. A sala de leitura nunca será extinta; pelo contrário, será valorizada. A questão da Resolução 18 e 17 está sendo revista também. Eu acho que vamos entrar numa fase de resoluções bondosas, e não maldosas. É lógico que há interesses conflitantes, e nem sempre conseguimos atender a todos. Mas temos tentado ouvir a maioria.

Deputado, não há desmonte da rede estadual. Não há uma pré determinação para o fechamento de salas. O que acontece é que nós temos redução do alunado e escolas que temos 18 salas de aula e quatro ocupadas. A decisão deve ser da população, se quer que o governo continue a pagar utilidade pública, luz, água, telefone, segurança, tudo aquilo que é gasto permanente, limpeza para manter quatro salas de aula, que se fossem realocadas para outra escola próxima, pouparia o orçamento da secretaria, que teria numerário suficiente para atender outras demandas. A orientação da secretaria não é deixar de ouvir todos os interessados.

Foi dito aqui que as duas escolas estariam sob ameaça de fechamento, a Miss Browne e Gavião Peixoto. O representante disse que é a terceira vez em 17 anos, etcetera. Por quê? Porque o diagnóstico dos setores técnicos e da secretaria é de que a Gavião Peixoto é uma super escola, é uma enorme escola que ganharia em eficiência se fosse dividida. Mas se a comunidade não quiser, não será dividida, pelo menos na minha gestão. O chefe de gabinete vai conversar com toda a comunidade e vamos levar nosso pessoal para ouvir alunos, pais de família, professores, diretores, supervisores, comunidade. Todos serão ouvidos. E o mesmo vai acontecer com a Miss Browne. Ninguém quer fechar escola por fechar. Não há esse projeto.

Gestão democrática que não chega às diretorias de ensino, autoritarismo. A gestão democrática é uma coisa antiga; ela está na constituição desde 1988, nas leis de diretrizes e bases, nos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Mas nessa secretaria e gestão, estamos fazendo algo concreto. Houve a consulta por uma entidade que não foi a secretaria. O Inspirare, uma ONG, ouviu meio milhão de pessoas. A partir daí os grêmios se organizaram espontaneamente. Quem não quis aderir, não aderiu. Faça-se grêmio horizontal, representação de todos, não há representantes, como cada um quiser. Mas a oitiva, a reunião e oportunidade de debate vai haver e continua havendo.

Se V. Exa. tivesse comparecido a Bauru, onde tivemos a presença de 400 grêmios, e visse o entusiasmo desses jovens participando.

O SR. CELINO CARDOSO - PSDB - Secretário, só para informar que conseguimos mais 15 minutos.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Nós acreditamos que essa participação grêmista é de todo interesse da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Se houver esse desencanto com a participação com possibilidade de alguém expor suas ideias, se submeter a escrutínio, verificar se os outros acreditam nele, e se submeter humildemente ao voto, se isso não for feito com os jovens, que com 16 anos já podem escolher V. Exa., presidente da República e governador, estamos sepultando a política.

Então o que parece bonito, que é a vontade de não participar, conduz a uma anomia, ao caos, que não é conveniente para manutenção desta Casa. Nós precisamos reforçar a política e mostrar que ainda não existe outra fórmula para coordenar o convívio, senão das pessoas se apresentarem e se colocarem humildemente para serem votadas ou não. E as minorias devem fazer o esforço para se transformar em maioria. Isso é a regra democrática, todos têm que ter espaço para falar. Mas quem tem que coordenar e dar as diretrizes é a maioria. O grêmio é uma iniciativa importante. A gestão democrática está sendo levada a sério.

Deputado, notei as duas escolas - a Franco Montoro de Carapicuíba, e a Álvaro Souza Lima do centro-sul, e vou pessoalmente verificar por que não fizeram a reforma necessária. Deputado Luiz Turco, eu só perdi sua terceira questão, mas anotei as outras três, porque havia algum deputado conversando. A primeira de salário. Gostaria que a política salarial estivesse na atribuição e prerrogativa do secretário, e não está. O que o secretário tem feito é atormentar o governo de que precisa compensar o professor e os demais funcionários da educação com remuneração condigna. O que os setores técnicos me dizem é que lá atrás o governo fez uma política salarial que representou acréscimo de 42% nos anos seguintes... Estou atribuindo às explicações que me dão, mas não tenho deixado de levar ao governo a necessidade de reajuste.

Não tenho condições de dizer se haverá, e quanto haverá. Mas esta Casa tem condições de exigir do Executivo. A questão da verba previdenciária eu já disse. Plano de carreira, quais as medidas concretas para implementação? Elas virão da comissão

paritária da qual participam todos os organismos e entidades, principalmente a Apeoesp, que é o sindicato mais presente e combativo.

Deputado, o resultado do escândalo da merenda. A secretaria foi vítima. Ela não é autora da máfia da merenda, mas vítima. Há inquéritos em curso na Polícia Estadual, na Polícia Federal, no Ministério Público Estadual e no Ministério Público Federal. É ali que V. Exa. tem que perguntar. Nós somos vítimas, e também queremos uma solução. O que nós fizemos foi alterar toda a sistemática, tentando fazer com que a secretaria não seja explorada por cartéis ou pessoas inescrupulosas. E digo mais a V. Exa. e os demais deputados, algo que não consegui foi fazer com que o governo liberasse a Secretaria da Educação de licitações de transportes, alimentação escolar, equipamentos, construções e reformas.

Isso toma tanto tempo do nosso pessoal, que deixa faltar aquilo que é essencial, fazer uma política pública de pedagogos, estratégias, aprendizado, reforço da carreira, tudo subtraído porque somos vítimas de cartéis que exploram. O senhor sabe melhor que eu, que tudo aquilo que o Estado paga, paga a mais do que se for particular, por um serviço mais lento e menos eficiente. A secretaria precisaria ser liberada disso, ou mediante criação de uma agência especializada, ou passando os transportes para a Secretaria de Transportes e alimentação para a Secretaria de Agricultura. E aí poderíamos cuidar muito melhor da educação. É meu feeling depois de pouco tempo na gestão que está encerrando.

Deputado João Paulo Rillo, acho que respondi à questão das salas de leitura. Os de readaptados foi uma solução, porque há projetos tentando fazer com que esses readaptados saiam do quadro da educação. Eram professores, e já que não podem lecionar, que fossem remanejados por outras secretarias. Eu pessoalmente não partilho dessa orientação. Acredito que devamos dar uma chance ao readaptado de fazer aquilo que ele gosta. E me parece que professor, ainda que readaptado, gosta de permanecer ao lado de alunos. Mas se houver descontentamento, está na fase de reavaliação e reestruturação disso.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Me permita? É muito rápido, secretário. Eu concordo plenamente que o professor readaptado deve ter a chance de retornar e se reaproximar dos alunos. Mas a sala de leitura requer continuidade e capacitação. E não é isso que vamos encontrar com aquele que está sendo readaptado, que está voltando para o ambiente. Então como o senhor disse prezar muito pelos programas, esse é um

programa de êxito no Governo do Estado. Essa mudança súbita, essa substituição de professores, na minha avaliação, e de quem acompanha, será desastrosa para esse programa.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Aproveitando o embalo, porque trouxeram aqui. O pessoal quer saber das quatro escolas de Santos que foram faladas aqui.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Localiza aqui para mim. Eu tenho a resposta, só um minuto. Só vou responder o deputado João Paulo Rillo para terminar, e já falo das escolas de Santos. Eu concordo que a sala de leitura é um oásis. Eu acho que se aprende muito mais na sala de leitura, do que às vezes numa aula que não seja interessante. Essa resolução está sendo revista. A manipulação do dinheiro dos aposentados, essa é uma questão que eu acho que a Assembleia pode mais do que, fazer com que o dinheiro que o Tribunal de Contas já não aceita que entre no orçamento da educação, não seja subtraído dela. Eu acho que é isso.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Secretário, não quero lhe criar constrangimento e nem polarização política desnecessária, mas quem envia a peça orçamentária é o Governo do Estado. A possibilidade da Assembleia em fazer uma alteração dessa não existe, dada a subserviência e ao grau de obediência absoluta da Assembleia em relação ao governo. Portanto, nesse momento, conseguíamos ter essa solução e melhora muito mais com uma orientação de V. Exa. do que da própria Assembleia, que é absolutamente obediente ao governo.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Posso adiantar a V. Exa. como já fiz em público e a todos que me indagaram. Eu não posso concluir de forma adversa dos meus pares da 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, e nem aquilo que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez em relação a Prefeitura de Campinas, que será estendido. Concordo plenamente que, embora justo e legítimo, o pagamento de aposentados não pode ser considerado investimento em educação.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Muito obrigado pela resposta. Aumenta minha admiração pelo senhor, tamanha dignidade da resposta.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Obrigado. Agora posso falar das escolas em Santos?

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Claro, temos mais dois minutos.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - A Escola Cleobulo Amazonas Duarte, o que me chega da diretoria de ensino é que houve diminuição do número de alunos; as matrículas do ensino regular estão garantidas na Escola Estadual Visconde de São Leopoldo, que fica a 900 metros dessa escola; e as sete salas de aula existentes não serão destinadas a outra atividade que não a implantação da Rede do Saber, e salas para capacitação dos professores da rede pública estadual. Não haverá fechamento.

Segundo, a Escola Estadual Brás Cubas. Houve redução no número de alunos; esse prédio não é do Estado, e foi solicitada a devolução do mesmo pela Prefeitura de Santos para implantação de uma unidade escolar municipal, com ampliação do atendimento de alunos em período integral; e as matrículas do ensino regular, que seriam da Brás Cubas, estão garantidas na Escola Estadual Azevedo Junior.

A Escola Estadual Renê Rodrigues de Moraes, do Guarujá. Essa você também quer saber? Alguém quer saber?

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Não, são as de Santos. Sinto muito secretário, mas eu gostaria que V. Exa. encaminhasse para o encerramento, porque fui cobrada. Você quer do Guarujá também?

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - No Guarujá a Renê Rodrigues de Moraes teve diminuição do número de alunos; a escola foi destinada para o município, para implantação de ETEC; e as matrículas do ensino regular estão garantidas na Escola Estadual Prefeito Domingues de Souza, que fica a 750 metros dessa escola. E a Jardim Primavera II, o prédio será destinado a SEEJA. Há uma grande demanda local. As matrículas do ensino regular estão garantidas na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, a 73 metros. A unidade é contigua e vizinha de muro. Então não há fechamento nenhum de escola.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - A Lei 10.639 nunca é discutida em lugar nenhum, eu preciso de uma resposta para dar para o povo.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Leci, está sendo discutida sim. Nós temos aquela obra de oito grandes volumes que eu mesmo estou lendo e aprendendo muito sobre as inúmeras nações africanas. Falei isso esses dias para o João Vicente no Zumbi dos Palmares, que fui para participar desse grande evento. Falei que nosso desconhecimento não é só em relação à África, mas a América Latina. Você já viu como nós confundimos bolivianos, peruanos, mexicanos? Precisamos caminhar para conhecer e deixar nosso umbigo, e enxergar o outro. Fique tranquila que estamos levando a sério.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Gente, eu sinto muito, mas a Ordem do Dia começou e temos que encerrar. O deputado Vaz de Lima está aqui me cobrando. A Ordem do Dia começou. Infelizmente não tenho como continuar. Agradeço a todos. Muito obrigada pela presença de todas as entidades e movimentos estudantis. Secretário, responde para a Apeoesp mesmo fora.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Bebel, você sabe que temos esse compromisso. Acabei de falar da categoria O, que até o final do mês vamos resolver. Você está participando e entregou o arrazoado. Vou levar.

A SRA. PRESIDENTE - BETH SAHÃO - PT - Gente, fui informada pelo secretário da Comissão que temos mais dez minutos. O senhor topa? Ele que está falando. Então tudo bem. Secretário, obrigada. Obrigada a todos os deputados e deputadas, e a todos vocês. Anúncio também a presença do deputado Marcos Martins e da Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe. Pessoal que esteve aqui e não conseguimos colocar para falar, infelizmente. Fica para a próxima.
